

POLÍTICA  
EX  
TER  
NA

AS RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS  
EM MUDANÇA

2.<sup>a</sup> EDIÇÃO

**MARIA RAQUEL FREIRE**

COORDENAÇÃO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

## CAPÍTULO 7

### FRANÇA

*Verónica Martins*<sup>43</sup>

#### **Introdução**

A França atingiu o estatuto de potência média depois da Segunda Guerra Mundial (Bozo, 1997: 3), estatuto que parece ter criado algum embaraço junto dos Franceses para situar a França no mundo atual, como referiu o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros Hubert Védrine (1998: 2): «Observai as nossas contorções quanto às noções de ‘grande potência’ ou de ‘potência média’. Para mim, a França é, logo atrás dos Estados Unidos, uma das seis ‘potências de influência mundiais’».

A saída da Segunda Guerra Mundial originou, sem dúvida, grandes mudanças nas linhas adotadas pela França na condução da sua política externa sem, contudo, pôr em causa a sua história cuja interpretação gerou a ambição de desempenhar um papel mundial. O peso da história é, de facto, decisivo na compreensão da política externa da França e, como refere o historiador Bertrand Gallet, é difícil poder falar-se de doutrina da política externa forjada por

---

<sup>43</sup> A autora agradece o financiamento do seu projeto de doutoramento pela FCT no qual a temática deste capítulo se insere parcialmente.

políticos e ensinada a diplomatas, é mais correto falar-se em herança, atitudes, comportamentos ‘obrigados’ e leis não escritas (Gallet, 1996: 86). Nesse contexto, os objetivos diplomáticos promovidos pela França fundam-se numa análise do «lugar da França no mundo» e do balanço das forças presentes e podem resumir-se à busca de um estatuto de grande potência e de garantia dos seus interesses nacionais e à necessidade de preservar valores fundamentais como a sua independência nacional e a defesa do seu território (Kessler, 1999: 143-144). Estes preceitos gaullistas irão manter-se através das décadas na política francesa. Contudo, como sublinhou Christian Lequesne (2014: 1), contrariamente às outras políticas públicas, a política externa e a política europeia<sup>44</sup> escapam à clivagem rígida entre esquerda e direita.

O contexto internacional do fim da Segunda Guerra Mundial constitui a base para a contextualização dos anos que seguiram o final da Segunda Guerra Mundial, por conseguinte, colocaremos ênfase no fim da Quarta República e na criação da Quinta República pelo General de Gaulle, pois esta fixou o quadro institucional atualmente em vigor em França. Da mesma forma, veremos quais são as relações entre a França e as regiões que marcam o seu passado colonial, o Mediterrâneo e África, mas também com a República Federal Alemã (RFA – e depois a Alemanha reunificada) no quadro da integração europeia, com os Estados Unidos da América (EUA) e com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)/Rússia.

Num segundo tempo, num contexto pós-bipolar, focalizaremos brevemente a nossa atenção, sobre a ação de François Mitterrand e, atentaremos com mais pormenor, sobre a política externa dos Presidentes Chirac, Sarkozy e Hollande, considerando os instrumentos, os recursos disponíveis para os principais eixos da política

---

<sup>44</sup> O autor individualiza esta última dimensão da política externa, pois considera tratar-se antes de política económica interna (Lequesne, 2014: 1).

externa desenvolvidos na primeira parte, à luz do novo contexto internacional<sup>45</sup> e, finalmente, concluiremos a nossa reflexão.

### **A passagem da Quarta para a Quinta República: a busca de um estatuto para a França**

Logo a seguir ao armistício da Segunda Guerra Mundial, o General De Gaulle esteve a dirigir o Governo provisório francês da República (agosto 1944-janeiro 1946) com a ambição de restabelecer o estatuto internacional da França junto dos três grandes vencedores da Guerra, os EUA, o Reino Unido e a URSS e afirmar a independência do Estado (Bozo, 1997: 6). Apesar de um sucesso parcial através do reconhecimento por aqueles Estados, a França é excluída das conferências que marcaram o pós-guerra, Ialta e Potsdam, e De Gaulle demite-se em janeiro de 1946 (Bozo, 1997: 7). No entanto, mesmo depois da ausência provisória do General De Gaulle, a França procurou, por um lado, desenvolver uma ação independente tentando manter um certo equilíbrio entre as duas potências que emergiram no fim da guerra e, por outro, manter o seu império colonial (Daloz, 2004: 32). Contudo, desde o início da IV República, esses dois objetivos ficaram comprometidos com o início da Guerra Fria e a onda de descolonização dos ex-territórios franceses (Ibidem).

Após a adoção de uma nova Constituição em outubro de 1946 e a eleição do primeiro Presidente da Quarta República, Vincent Auriol em janeiro de 1947, o General De Gaulle decidiu criar o partido

---

<sup>45</sup> A autora teve de fazer escolhas quanto às regiões/países e presidentes tratados neste capítulo devido à limitação de espaço. Desta forma, os mandatos dos presidentes Pompidou e Valéry Giscard d'Estaing (período entre 1969 e 1981) não foram abordados; com base na bibliografia generalista sobre a política externa francesa, e com uma preocupação de comparabilidade entre os presidentes, a autora seguiu a seleção das regiões e temas mais utilizados na bibliografia em questão, com destaque para Daloz, 2004; Gallet, 1996; De La Gorce & Moschetto, 1996; Bozo, 1997.

*Rassemblement du Peuple Français* (RPF) em abril de 1947 como instrumento para regressar ao poder (Daloz, 2004: 35). A fragilidade que caracterizou a Quarta República (1947-1958) impediu a França de desenvolver uma política independente, pois o Estado sofria de uma instabilidade ministerial crónica causada pelo sistema de escrutínio proporcional que impedia que um partido tivesse a maioria na Assembleia e, institucionalmente, estabeleceu um processo de decisão difuso em matéria de política externa<sup>46</sup>.

Perante essa paralisia institucional, a diplomacia francesa alinhou-se com a dos EUA, inclusive com a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cuja ajuda financeira através do Plano Marshall se tornou indispensável para a reconstrução e modernização da economia (Bozo, 1997: 10-13; Daloz, 2004: 42-48). Ademais, o endividamento que resultou das guerras coloniais em África e na Ásia também contribuiu para aumentar essa dependência, especialmente a Guerra na Argélia que foi longa e desgastante<sup>47</sup>. Contudo, pela primeira vez, a França apareceu como líder da política europeia através da iniciativa de Jean Monnet (CECA) marcada pelo famoso discurso de Robert Schumann de 9 de maio de 1950 e, em vez de submeter-se, apontou o caminho (Bozo, 1997: 15) que conduziria à assinatura do Tratado de Roma em 1957.

---

<sup>46</sup> As principais responsabilidades foram atribuídas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Presidente do Conselho, enquanto o Presidente da República pode influenciar a política e o Parlamento decidir as suas grandes orientações. Bozo, 1997: 9.

<sup>47</sup> CRDP Champagne-Ardenne, «La France face à la décolonisation de 1945 à 1962». [<http://www.crdp-reims.fr/cinquieme/decolonisation.htm>] (consultado a 12 de março de 2015).

## O estabelecimento da Quinta República<sup>48</sup> e o legado do General De Gaulle<sup>49</sup>

No sentido de compreender de que maneira a França dispõe de diversos instrumentos para levar a cabo a sua política externa, é necessário, em primeiro lugar, compreender o funcionamento da Quinta República resultante da Constituição de 4 de outubro 1958. Esta Constituição assenta nos princípios de separação e equilíbrio dos poderes e, contrariamente à sua antecessora, conferiu um lugar privilegiado à Presidência da República no processo de decisão da política externa, poderes que fazem desta um *domaine réservé* do Presidente da República (Kessler, 1999: 23)<sup>50</sup>. Contudo, a primazia presidencial tem dependido, em larga medida, da personalidade dos presidentes que se sucederam. São numerosos os atores que intervêm no processo de decisão, mas de acordo com os poderes particulares conferidos pelas normas constitucionais e legislativas, Marie-Christine Kessler identificou um núcleo decisório que, para além do Presidente, é constituído pelo Primeiro-ministro, o Ministro e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Parlamento (Kessler,

---

<sup>48</sup> Para um aprofundamento da temática da Quinta República, consultar Chantebout, 2004; Chevallier, Carcassonne & Duhamel, 2009.

<sup>49</sup> Visto o presidente De Gaulle ter sido o fundador da Quinta República e, por conseguinte, o primeiro a pôr em prática os seus princípios, é usual encontrar nos livros generalistas a divisão «era De Gaulle» e «pós-De Gaulle» ou ainda «legado» ou «herança» para designar os mandatos dos seus sucessores. Contudo, deve ser feita uma ressalva para o facto da «era pós De Gaulle» designar para a maioria dos autores os mandatos de Pompidou e de Valéry Giscard D'Estaing, a título de exemplos, Bozo (1997), Chevallier, Carcassonne & Duhamel (2009); outros, como Dalloz (2004), incluem o período que vai até ao fim da Guerra Fria. No entanto, sem ignorar as consequências geopolíticas e geoestratégicas do fim da bipolaridade, a autora segue essa divisão para todos os presidentes que sucederam ao General De Gaulle visto que, conforme mencionamos na introdução, os preceitos gaullistas irão manter-se apesar de uma mudança de estilo inerente a diferentes personalidades e outros fatores internos e externos.

<sup>50</sup> O estatuto do Presidente saiu reforçado com a revisão constitucional que ocorreu em 1962 e que instituiu a eleição do Presidente por sufrágio universal direto.

1999: 20). Contudo, como é observado por alguns autores, durante mais de dez anos, a política externa foi «obra pessoal» de De Gaulle que escolheu conservar o mesmo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Maurice Couve de Murville, durante todo o seu mandato (De La Gorce & Moschetto, 1996: 26).

Veremos adiante que o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Governo ganharão mais peso<sup>51</sup>, cenário que não se verificará realmente com o Parlamento, pois este não tem poder de iniciativa e o Presidente não responde perante essa instituição em matéria de política externa (Kessler, 1999: 52), apesar da reforma constitucional de 2008. Assim, o poder do Parlamento é essencialmente consultivo e orçamental, pois a lei de finanças em matéria de defesa e de política externa é analisada por várias comissões (Gallet, 1996: 33)<sup>52</sup> e exerce um poder de controlo *a posteriori* dos compromissos assumidos ao nível europeu e/ou internacional para ratificação, nomeadamente os que implicam as finanças do Estado e as cessões/transferências de território (Constitution de la République Française, art.º 53).

Apesar de a descolonização ter ocorrido até 1962 e a economia francesa ter-se aberto à Europa, os laços com as antigas colónias mantiveram-se, nomeadamente em termos culturais e linguísticos, devido à diplomacia cultural promovida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros<sup>53</sup> e ao movimento da Francofonia, apoio importante da diplomacia bilateral, mas que se multilateralizou a partir dos anos 1960 (Kessler, 1999: 411). De facto, já em 1962 um líder africano

---

<sup>51</sup> Neste último caso especialmente durante os períodos de coabitação.

<sup>52</sup> Três comissões para a Assembleia: Comissão da Defesa e das Forças Armadas, Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comissão das Finanças. Quanto ao Senado, há duas comissões – a Comissão dos Negócios Estrangeiros da Defesa e das Forças Armadas e, para um parecer, a das Finanças.

<sup>53</sup> A direção das relações culturais foi criada em 1945. Já em 1956, aquela direção transformou-se em Direção Geral dos Assuntos Culturais e Técnicos e ainda depois, em 1967, em Direção Geral das Relações Culturais, Científicas e Técnicas (DGRST) (Kessler, 1999: 378-379). Ver também Raymond, 2000.

tinha referido a ideia de uma «*commonwealth* à francesa», e mesmo se o General De Gaulle, que organizou a descolonização em África, teve o receio que a institucionalização de um sistema de francofonia fosse rotulado de neocolonialismo, este tornou-se um instrumento incontornável da diplomacia cultural (Kessler, 1999: 412-413).

Contudo, a França tinha outros recursos para se impor no mundo do pós-guerra. Na verdade, o estatuto da França foi igualmente reconhecido na altura da criação da Organização das Nações Unidas em 1945, pois foi designada como um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, embora o poder de negociação decorrente desse estatuto tenha sido hipotecado nos anos de Guerra Fria pelos vetos sucessivos da URSS e dos EUA. Além disso, a França também se tornou uma potência nuclear (primeiros testes realizados em fevereiro de 1960), integrando assim «um clube exclusivo» que lhe permitiu ser encarado como um «ator sério» no plano diplomático durante a Guerra Fria (Howorth, 1996: 383). Se na Constituição a repartição das responsabilidades em termos de defesa entre o Primeiro-ministro e o Presidente não era clara, dois decretos (18 julho 1962 e 14 de janeiro 1964) promulgados sobre as forças militares clássicas e sobre as forças nucleares atribuem os poderes ao Presidente (Kessler, 1999: 166).

À exceção da Argélia, os outros Estados do Magrebe e os Estados de África já tinham adquirido a sua independência, apesar de as relações estarem integradas num esquema de cooperação quase neocolonial (Bozo, 1997: 33). O conflito na Argélia estava a pesar no papel que a França podia desempenhar em termos internacionais já que em 1960, a ONU tinha votado uma resolução proclamando o direito à independência para o povo argelino (Ibidem). A França estava sem opções e depois de um primeiro referendo a 8 de janeiro 1961, um segundo referendo ocorreu no dia 8 de abril 1962 para aprovar os Acordos de Evian, assinados em 18 de março 1962 (Chevallier, Carcassonne & Duhamel, 2009: 68-76).

Depois do «problema argelino» resolvido e da descolonização terminada, o General pôde concentrar a sua atenção em termos de política externa noutras prioridades que ocuparam o seu mandato. O seu desejo de afirmar a independência da França levou, nomeadamente, ao desenvolvimento de uma política de defesa forte assente na força nacional de dissuasão e numa doutrina estratégica (De La Gorce & Moschetto, 1996: 27-28) que se caracterizou por uma dimensão antiamericana, anti-hegemónica, cuja origem não era ideológica, mas sim derivada de uma avaliação clássica das relações de poder (Mireur, 2006-2007: 93). Apesar de procurar uma certa independência em relação aos dois blocos que se tinham formado nessa época, o desejo de reforma da OTAN contido num memorando elaborado pelo General De Gaulle em setembro de 1958 que reivindicava a tomada de decisões políticas e estratégicas mundiais pela França, Reino Unido e Estados Unidos, inclusive na aplicação de planos de ação estratégica que necessitassem a utilização de armas nucleares, tornou-se condição para a participação futura da França nos desenvolvimentos da OTAN (Daloz, 2004: 166-167). Perante as resistências a essas ideias, com o aparecimento progressivo da *détente*, a rutura soviético-chinesa que enfraqueceu a posição soviética e a constituição da força nuclear francesa, De Gaulle distanciou-se progressivamente da OTAN até à retirada em março de 1966<sup>54</sup>.

O General De Gaulle procurou também promover o seu ponto de vista no seio da construção europeia. Propôs o lançamento de uma Europa autónoma no domínio político e militar (Plano Fouchet I, 1961) e a resistência dos seus parceiros europeus causou um endurecimento da sua posição (Plano Fouchet II, 1962), reafirmando o carácter intergovernamental da construção europeia e o afastamento

---

<sup>54</sup> Em 1963, o General retirou a frota francesa do comando integrado (Daloz, 2004: 167). Para mais informações sobre a política de De Gaulle em relação à OTAN, consultar também Bozo, 1996.

da OTAN, mas os dois planos foram rejeitados pelo Bénélux que reivindicava a adesão do Reino Unido (Gallet, 1996: 115). No entanto, a França recusou várias vezes esta adesão, pois receava o potencial controlo americano que se poderia instalar se aquela aderisse à Comunidade (Daloz, 2004: 158-160). Entretanto, no seio da construção europeia, a França e a RFA aproximaram-se, e apesar de o Presidente Adenauer não aprovar a política que De Gaulle estava a desenvolver relativamente às relações transatlânticas e ao seu desejo de independência, os dois Estados assinaram o Tratado do Eliseu a 22 de janeiro de 1963 (Bozo, 1997: 44)<sup>55</sup>. Com uma cooperação prevista em termos militares, o Presidente francês pretendia, de certa forma, obrigar a RFA a ‘escolher’ entre Washington (e o seu projeto de força nuclear multilateral) e Paris (ibidem).

Perante essa oposição à política americana, qual é a política seguida em relação ao bloco comunista? Verificou-se uma tentativa francesa de aproximação à URSS com a realização de uma viagem em 1966 por parte do Presidente francês, no sentido de promover uma «Alemanha Unificada» tendo levado à instalação de um «telefone vermelho» entre as duas capitais e uma busca por parte da França de uma aproximação aos países de Leste em termos bilaterais, nomeadamente com a Roménia, primeiro país sob tutela soviética a ter respondido ao pedido de diálogo francês (Daloz, 2004: 168-169). Não obstante essa aproximação, não se tratava de inverter alianças, mas de aproveitar o movimento de independência criado pelo General para ganhar influência na cena internacional e para acabar com o monopólio americano do diálogo com os Soviéticos, beneficiando do período de *détente* (Daloz, 2004: 168).

Finalmente, devemos ainda referir as linhas da política externa do fundador da Quinta República para duas regiões que permanecerão

---

<sup>55</sup> Para aprofundar a cooperação franco-alemã ver [<http://www.france-allemande.fr/>] (consultado a 12 de março de 2015).

componentes estruturantes das relações externas<sup>56</sup> – África Negra e os países árabes – e junto dos quais a França procurará obter apoio para a independência da sua política. O Ministério da cooperação foi criado oficialmente em 1961, em plena descolonização da África subsaariana, com um campo geográfico limitado aos países francófonos, tendo por objetivo gerir as relações de cooperação franco-africanas, pelo menos provisoriamente, mas acabou por prolongar-se e tornar-se um instrumento essencial nas relações bilaterais. De facto, os países africanos recém independentes são colocados entre os principais beneficiários da política de cooperação construindo assim o *pré carré* francês em África (Gallet, 1996: 93), onde os presidentes da Quinta República procurarão continuar a exercer a sua influência de forma direta e pessoal o que contribuiu para o «apagamento» dos primeiros-ministros apesar de estes continuarem a desempenhar um papel institucional e oficial (Kessler, 1999: 308).

No que respeita ao Magrebe, como vimos, o principal ponto de preocupação para a França foi a violenta guerra de descolonização na Argélia. Os Acordos de Evian instituíram a livre circulação de pessoas entre os dois Estados, visando regular fluxos migratórios, mas o que se verificou foi a deslocação dos *pieds-noirs* e dos Argelinos em direção à Metrópole (Gourevitch, 2000: 107). No que concerne os dois vizinhos da Argélia, Marrocos e Tunísia, ambos procuraram também desenvolver uma relação privilegiada com a França. Não obstante uma melhoria da imagem na cena internacional, tendo em conta a oposição francesa à liderança americana na região, foi necessário esperar por 1967 para assistir a uma viragem decisiva nas relações franco-árabes (Boniface, 2004: 211). De facto, o General desejou ocupar de novo um lugar de destaque no mundo árabe, opondo-se

---

<sup>56</sup> Bertrand Gallet considera as políticas para essas duas regiões e a do eixo franco-alemão como sendo «políticas particulares da França» (Gallet, 1996: 92).

inclusive a Israel<sup>57</sup>. Esta mudança na política do Próximo Oriente vai ser perpetuada e sistematizada numa verdadeira política árabe, até mesmo pró-árabe (Bozo, 1997: 53; Chérigui, 1996: 298-300).

### **A política externa francesa do pós-Guerra Fria: a gestão do legado do General De Gaulle e os desafios de um mundo multipolar**

Na primeira parte desta análise, olhamos as linhas e o funcionamento da política externa tal como foi concebida pelo General De Gaulle, que lançou as bases da política que seria praticada pela França em várias regiões do mundo. Não podemos deixar de referir que os sucessores do General tiveram estilos diferentes que poderão ter contribuído para alguns reajustes, além de considerar as mudanças geradas pelo fim da bipolaridade, mas no essencial as grandes linhas gaullistas foram conservadas. Mesmo no caso de François Mitterrand, primeiro Presidente socialista da Quinta República, a continuidade das principais linhas da política externa acabou por impor-se pois, apesar de se considerar opositor do Gaullismo na altura do regresso do General ao poder, o Presidente Mitterrand afirmou contudo querer «assumir a herança, mas fazê-la evoluir suavemente» (Védrine, 1996: 89).

Não é aqui nosso objetivo fazer uma análise dos dois septenatos de Mitterrand, mas vamos delinear o panorama da política externa no fim da bipolaridade. Para o seu segundo mandato, o partido socialista não teve maioria absoluta na Assembleia dificultando a ação do governo nos assuntos internos e externos, mas já no verão de

---

<sup>57</sup> Sendo um dos principais fornecedores de equipamentos militares para Israel, a França decretou um embargo sobre as exportações de armas para o Médio Oriente (*Ibidem*).

1989, François Mitterrand conseguiu estabelecer um maior controle sobre as questões de segurança e de política externa (Howorth, 1992: 49). O Presidente tinha antes decidido colocar homens capazes e seguros em postos-chaves para dispor de informações fiáveis e para garantir lealdade, mas Mitterrand foi o coração do sistema e mesmo se Primeiro-ministro não teve um papel negligenciável na política externa, o Presidente procurou monopolizar todas as grandes questões do pós-Guerra Fria (Védrine, 1996: 43, 51). Por outras palavras, se com o fim da bipolaridade a estratégia mudou, os objetivos permaneceram os mesmos (Boniface, 1998: 158).

A verdade é que, no segundo mandato de Mitterrand, a França reconheceu a sua incapacidade em manter o seu impacto mundial por e para ela mesma, e rompeu a ligação entre a sua independência e a sua influência (Salamé, 1998: 228). Para poder levar a cabo a sua política de forma independente, a França procurou desenvolver uma terceira via (nem capitalista, nem comunista), mas o desaparecimento da URSS tornou caduca essa estratégia. O desenvolvimento de uma Europa forte já não aparecia como uma terceira opção, mas como uma forma de fortalecer diplomaticamente a França num mundo multipolar (Guyomarch, 1998: 121). Assim, nas negociações do Tratado de Maastricht, a posição francesa evoluiu de apoio a um papel mais importante da política externa da UE para apoio ao desenvolvimento de uma política europeia de defesa, sob os auspícios da UEO, permitindo assim à UE manter a sua independência em relação à OTAN e aos EUA (Ibidem).

A França deixou de raciocinar numa lógica regional à exceção do espaço regional ao qual ela pertence e para confirmar essa tendência, Hubert Védrine apresentou, entre outras justificações para a intervenção da França no Koweit, a necessidade de evitar que ela fosse moral, diplomática e militarmente descreditada no terreno europeu e euro-atlântico (Védrine, 1996: 238). Contudo, a Guerra do Golfo acelerou o reconhecimento da caducidade da política árabe francesa que come-

çou a perder a sua especificidade com o fim da bipolaridade<sup>58</sup>. Apesar de François Mitterrand ter tentado manter as melhores relações possíveis em simultâneo com os três Estados do Magrebe, devemos assinalar a situação de guerra civil na qual a Argélia se encontrava desde 1992 e que perturbou a relação com a França (Védrine, 1998: 11).

Finalmente, que tipo de relações foram mantidas com a África francófona nos primeiros anos do pós-Guerra Fria? As diversas publicações sobre a temática sublinham que, em relação à política dos seus antecessores, houve algumas pequenas ruturas e grandes continuidades (Marchesin, 1995: 3). Mantiveram-se algumas características como a primazia das relações personalizadas com os dirigentes africanos, já que a África permaneceu um *domaine réservé* da presidência, a manutenção dos acordos de defesa concluídos antes de 1981 e uma recusa de renovação dos mesmos no início dos anos 1990 (Ibidem). No entanto, podemos afirmar que Mitterrand tentou ir mais longe quanto às regras que deveriam reger a ajuda francesa aos países africanos com o seu discurso de La Baule, em junho de 1990 (Mitterrand, 1990), mas cujas propostas não foram bem acolhidas, pois assemelhadas a uma ingerência nos assuntos internos (Gallet, 1996: 102-103). Apesar da falta de iniciativas francesas, a política africana da França aparece como uma das heranças melhor conservadas desde o General De Gaulle (Marchesin, 1995: 3).

### **Jacques Chirac: afirmação e adaptação do legado do General De Gaulle**

Jacques Chirac, líder do partido *Rassemblement pour la République*, foi eleito para o seu primeiro mandato presidencial a 7 de maio de

---

<sup>58</sup> Na verdade, já nos anos oitenta François Mitterrand tinha promovido a iniciativa diplomática que viria a dar origem ao Diálogo 5+5. Depois, em 1994, juntamente com o Egito, promoveu a iniciativa do Fórum do Mediterrâneo (Chérigui, 1996: 300).

1995 e no seu primeiro discurso ao corpo dos Embaixadores, confirmou a aspiração gaullista (Lombart, 2007: 379) de procurar manter a França na sua posição de potência mundial através «de um esforço constante de vontade, adaptação, imaginação, a partir de uma visão lúcida e de uma abordagem pragmática das grandes evoluções do nosso mundo» (Chirac, 1995).

Quando assumiu o poder, fê-lo ainda por sete anos, já que no seguimento do referendo de 24 de setembro 2000, foi decidido que o mandato presidencial iria passar a ser um quinquénio. O Presidente Chirac tinha um programa ambicioso e estava decidido a implementar rapidamente as reformas prometidas, mas o país estava a braços com graves perturbações causadas por uma acumulação de problemas domésticos do ponto de vista social, político e económico. Jacques Chirac estava contudo decidido a lançar uma política de influência apoiada na apologia do multilateralismo e na promoção do direito internacional (Howorth, 2001: 159).

Para apoiar estes objetivos, devemos aqui referir um instrumento importante para a credibilidade da ação internacional da França: a política de ajuda ao desenvolvimento, política que adquiriu uma dimensão cada vez mais transversal incluindo a governação democrática, o desenvolvimento sustentável ou ainda a igualdade de género (MAEE, 2007: 9-10). Apesar de uma estrutura institucional governamental complexa, devemos destacar o Comité Interministerial da Cooperação Internacional (CICID) sob presidência do Primeiro-ministro, o papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeu e do Ministério da Economia e das Finanças, sendo este último o maior contribuidor, e a Agence *Française de Développement* (Ibidem). O seu campo geográfico tradicional estava centrado na África francófona, mas ao longo dos anos, foi progressivamente alargado aos Estados do Oceano Índico e às antigas colónias inglesas, portuguesas ou espanholas, assim como a Estados das Caraíbas (Kessler, 1999: 312-313). A grande reforma da política de desenvolvimento ocorreu

em 1998 quando o Conselho de Ministros formalizou a decisão de suprimir o Ministério da Cooperação e a absorção das suas competências pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (Tavernier, 1999). Com essa reforma, foi igualmente criada uma Zona de Solidariedade Prioritária que inclui todos os Estados beneficiários cuja extensão foi definida em 2002<sup>59</sup>. Desde 2000, a França aumentou regularmente o PNB dedicado à ajuda ao desenvolvimento, passando de 0,30% a 0,41% em 2004 e 0,47% em 2005 e 2006 (8,5 mil milhões em 2006)<sup>60</sup>, mas esse aumento não se manteve em 2007 como foi globalmente o caso da ajuda pública mundial (MAEE, 2007: 17) e voltou a cair para 0,39% em 2008<sup>61</sup>. Conforme ao compromisso europeu, a França tem como ambição atingir o objetivo de 0,7% de ajuda pública ao desenvolvimento no PNB em 2015 e o aumento da ajuda tem beneficiado principalmente o aumento da ajuda europeia (cerca de 20% da APD francesa tramita pelo dispositivo comunitário) e multilateral (MAEE, 2007: 17).

As ambições mundiais da França são, por conseguinte, apoiadas pelo esforço de ajuda ao desenvolvimento em várias zonas do globo e, apesar das dificuldades financeiras generalizadas, o esforço passou de 7,56 mil milhões de euros em 2008, ou seja, o quarto doador mundial em volume e o segundo no G8, para 8,92 mil milhões de

---

<sup>59</sup> Em 1998, foi criada a Zona de Solidariedade Prioritária (ZSP) para uma maior concentração e seleção da ajuda. Os países beneficiários são dos menos desenvolvidos em termos de rendimentos e de acesso aos mercados de capitais e com os quais a França pretendia desenvolver uma relação de parceria. Em 2002, eram 55 Estados, a grande maioria pertence ao continente africano. *Ministères des Affaires étrangères, «Zone de solidarité prioritaire»*. [[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/actions-france\\_830/aide-au-developpement\\_1060/zone-solidarite-prioritaire\\_6119.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/actions-france_830/aide-au-developpement_1060/zone-solidarite-prioritaire_6119.html)] (consultado a 12 de março de 2015).

<sup>60</sup> France, MAEE, «L'aide Publique au Développement». [[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/actions-france\\_830/aide-au-developpement\\_1060/aide-publique-au-developpement-apd\\_19762/index.html#sommaire\\_3](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/actions-france_830/aide-au-developpement_1060/aide-publique-au-developpement-apd_19762/index.html#sommaire_3)] (consultado a 12 de março de 2015).

<sup>61</sup> France, MAEE, «Aide au développement – Zone de Solidarité prioritaire». [[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/actions-france\\_830/aide-au-developpement\\_1060/zone-solidarite-prioritaire\\_6119.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/actions-france_830/aide-au-developpement_1060/zone-solidarite-prioritaire_6119.html)] (consultado a 12 de março de 2015).

euros em 2009 (0,46% do PNB)<sup>62</sup>. Apesar dos protestos de muitos Estados, o primeiro ato forte do Presidente para testemunhar da ‘grandeza’ da França foi o anúncio do retomar dos testes nucleares a 13 de junho de 1995, depois de estes terem sido abandonados pelo seu antecessor (Lombart, 2007: 380).

No início do primeiro mandato de Jacques Chirac, poderia ter-se acreditado numa nova divisão de tarefas entre o Eliseu e Matignon (Howorth, 2001: 159). Com efeito, Alain Juppé, que no governo de Edouard Balladur (1993-1995) ocupou o posto de Ministro dos Negócios Estrangeiros, tinha sido nomeado Primeiro-ministro e exerceu uma certa influência nos momentos de mudança de questões importantes como as relações com a OTAN (Howorth, 2001: 162)<sup>63</sup>. Houve um terceiro período de coabitação<sup>64</sup> entre o governo socialista de Lionel Jospin e Jacques Chirac que durou até ao fim do primeiro mandato (1997-2002). O Primeiro-ministro procurou não penetrar nas áreas do Presidente e este não contestou o direito do Governo em pronunciar-se sobre a orientação dos assuntos externos e militares que ele próprio tinha reivindicado em 1986 (Cohen, 2003: 350-351). No entanto, esse acordo não impediu que algumas decisões fossem tomadas pelo Presidente sem concertação prévia com o Primeiro-ministro (participação discreta deste último durante a crise do Kosovo) ou que este tenha tido algumas «derrapagens mediáticas»<sup>65</sup> (Cohen, 2003: 352-353). Disto resultou uma monopo-

---

<sup>62</sup> France, MAEE, «L'aide Publique au Développement». *Op.Cit.*

<sup>63</sup> Esse segundo período de coabitação foi menos conflituoso e a novidade reside na aceitação de uma congestão serena, no respeito das prerrogativas constitucionais do Chefe de Estado e do Chefe do Governo para evitar os choques (Cohen, 2003: 348).

<sup>64</sup> O primeiro período de coabitação ocorreu entre 1986 e 1988, tendo sido Jacques Chirac o chefe do Governo; o segundo 1993-1995.

<sup>65</sup> Devemos referir o facto de ter havido algumas divergências de política, nomeadamente durante a viagem oficial em Israel de Lionel Jospin em fevereiro de 2000 durante o qual qualificou o Hezbollah libanês de grupo terrorista, rompendo assim com a neutralidade da política árabe de Jacques Chirac (De Chalvron, 2000).

lização pelo executivo (Presidente/Primeiro Ministro) do tratamento das questões de política externa em detrimento do Parlamento e do debate público, executivo que se empenha em afirmar que a França «fala de uma só voz» (Cohen, 2003: 354).

No que diz respeito à dimensão europeia, podemos afirmar que Jacques Chirac teve uma atitude por vezes divergente face à posição gaullista. Pode-se considerar que o Presidente chegou à conclusão que era inevitável que a Europa caminhasse para algo mais federal enquanto prosseguisse a integração europeia (Zuqian, 2002: 118), nomeadamente através do apoio firme em favor da União económica e monetária no outono de 1995 e da consequente política do Governo Juppé em matéria de redução do défice público (Bozo, 1997: 106). Mais recentemente, podemos também referir o apoio do Chefe de Estado à campanha para a adoção do Tratado Constitucional em 2005 (Lequesne, 2007a: 5), apesar da sua rejeição com quase 55% de votos contra (AFP e Reuters, 2005).

Devemos ainda referir um aspeto intimamente ligado ao desejo de Jaques Chirac de voltar a conquistar um lugar de destaque na Europa ocidental (Bozo, 1997: 106), nomeadamente uma tentativa de rutura em relação à política militar com uma eventual reintegração da França na OTAN, frustrada contudo devido à oposição do governo socialista – 1997/2002 (Apathie & Ottenheimer, 1997).

Quanto à reaproximação da França à OTAN, deu-se num contexto de degradação da situação no Kosovo já a partir de 1998 e com a tentativa falhada de paz com a conferência de Rambouillet (fevereiro 1999), que conduziu ao lançamento da campanha de bombardeamento da OTAN no Kosovo a 19 de março 1999, à qual Jacques Chirac associou a força aérea francesa, apesar da presença dominante dos EUA (Lequesne, 2007a: 6). Contudo, essa decisão não foi despropositada pois, tendo sido um dos protagonistas da Cimeira bilateral de Saint-Malo com o Reino Unido em 1998, encontro fundamental para o projeto de uma defesa europeia com vocação autónoma,

Jacques Chirac via nessa intervenção a possibilidade de contribuir para a autonomização do pilar europeu no seio da Aliança atlântica (Ibidem). Esta constitui uma das exceções em termos de iniciativas de política externa, pois como sublinhou Frédéric Charillon, os sucessivos períodos de coabitação tiveram um certo efeito de paralisia pois, por um lado, era necessário evitar que a política externa se tornasse um assunto importante da política interna e, por outro, devia evitar-se projetar as dimensões internas para a cena internacional (Charillon, 2002: 925).

Outro aspeto intimamente ligado à política europeia da França é o da relação franco-alemã que foi positivamente incentivada pelo apoio de Jacques Chirac aos alargamentos da UE para Leste<sup>66</sup>, já que, como afirmou este último em 1998: «a França deseja que possa ocorrer, logo que possível, a adesão de todos os países candidatos que preencherão as condições fixadas pelos tratados. O alargamento é um dever moral e constitui também uma oportunidade para a Europa» (Chirac, 1998).

No entanto, desde o início do mandato, as relações do eixo franco-alemão mostraram-se complicadas, pois as divergências e os mal-entendidos multiplicaram-se, nomeadamente no que diz respeito às reformas institucionais da União, não conseguindo restabelecer a harmonia da dupla Mitterrand-Kohl (Lequesne, 2007a: 7-8). A situação não melhorou com o chumbo do Tratado Constitucional no referendo de 29 de maio de 2005, condicionando igualmente o papel da França no seio da UE até ao final do mandato de Chirac que não dispôs nem do tempo, nem dos recursos políticos necessários para poder sair da crise com propostas originais (Lequesne, 2007b: 1).

No que diz respeito às relações com a Rússia, Jacques Chirac mostrou desde o início do mandato o desejo de não isolar esse Estado

---

<sup>66</sup> Sem descurar a dimensão mediterrânica, já que foi em parte sob a impulsão da presidência francesa de 1995 que foi lançado o Processo de Barcelona.

na cena internacional, o que se tornou patente, nomeadamente na reforma da OTAN para a qual preconizava uma parceria com a Rússia (Chirac, 1996a) e cuja importância não podia ser negada no fim da década de 1990 dada a situação na antiga Jugoslávia. Contudo, os dois Estados procuraram dar um novo impulso às relações bilaterais em 2000, aproveitando a cimeira UE-Rússia que se realizou sob os auspícios da presidência francesa, através do relançar dos encontros bilaterais a todos os níveis<sup>67</sup>. Assim, no campo diplomático, gerou-se uma relação privilegiada entre Putin e Chirac que solidificou certas posições e terá contribuído para resolver algumas tensões e encetar dinâmicas que ultrapassam o quadro estritamente bilateral (Gomart, 2007: 128) como foi mencionado em relação aos ‘campos’ criados na Guerra do Iraque (Gomart, 2007: 130). Tendo em conta que Paris não tem real capacidade de influência sobre a situação na Rússia, a França teria vantagens em «desbilateralizar» a relação para estabelecer uma articulação mais sistemática com o diálogo UE/Rússia (Gomart, 2007: 134), intenção que foi expressa em 2005 pelo Presidente no que diz respeito à implementação dos quatro espaços comuns com a UE (Chirac, 2005).

Vamos agora atentar na política externa desenvolvida na África e na região do Mediterrâneo com os Estados árabes. Nenhum outro Presidente<sup>68</sup> alimentou tantos laços pessoais com alguns dirigentes africanos e mereceu tanto o qualificativo de o «Africano» (Claude,

---

<sup>67</sup> O primeiro de uma série de encontros realizou-se ao nível dos primeiros-ministros a 19 de dezembro de 2000. Vários eixos foram estabelecidos par essa cooperação renovada: altas tecnologias, apoio às reformas encetadas na Rússia, a multiplicação de intercâmbios entre jovens, as relações culturais, assim como, a cooperação comercial que tomou logo forma com a conclusão de um contrato de equipamento de três satélites da Alcatel (s/a, 2000).

<sup>68</sup> Não podemos esquecer de mencionar a criação das cimeiras África-França que começaram a reunir-se em 1973. Desde a criação, a cimeira passou de 10 Estados a 54 países na conferência de dezembro 2005 em Bamako. Ministère des Affaires Étrangères, «Sommets Afrique-France». [[www.diplomatie.gouv.fr/fr/pays-zones-geo\\_833/afrique\\_1063/sommets-afrique-france\\_326/index.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/pays-zones-geo_833/afrique_1063/sommets-afrique-france_326/index.html)] (consultado a 12 de março de 2015).

2007: 906). Além disso, no seu discurso aos Embaixadores de 1998, o Presidente afirmou todo o seu empenho em manter a ajuda pública ao continente para apoiar os esforços de alguns Estados em fase de reformas democráticas, assumindo até um tom moralizador quanto à obrigação de integrar os países mais pobres na economia mundial (Chirac, 1998). Não esqueçamos que a política francesa de APD teve sempre como principal fonte de inspiração a manutenção e a progressão da francofonia e esta constitui a regra principal de repartição geográfica dos créditos (Kessler, 1999: 336).

Houve contudo algumas mudanças, nomeadamente no âmbito militar, pois mesmo com um interesse renovado do Presidente francês pela África<sup>69</sup>, houve também um certo desinvestimento no *pré carré*<sup>70</sup>, pois o número de militares franceses baseados no continente diminuíram e mais nenhuma intervenção armada ocorreu desde junho 1996 (Daloz, 2004: 222) o que é interpretado como a última etapa da política de retirada do continente, pois, no fundo a França não teria mais nada a defender em África (Marchesin, 1998: 199). Mas, pelo contrário, tem apoiado a criação de forças interafricanas de interposição (Daloz, 2004: 222).

Durante a Cimeira dos Chefes de Estado França-África organizada em Cannes entre 15 e 17 de fevereiro 2007, o balanço feito foi muito negativo e, para vários observadores, essa cimeira marcou uma viragem na história das relações entre a França e, em particular, a África subsaariana francófona: há menos nacionais franceses a viverem em África, várias empresas perderam a sua influência e a APD, contrariamente ao pretendido por Chirac, diminuiu passando

---

<sup>69</sup> Devemos aqui sublinhar que a política africana passou por duas transformações importantes que tinham fragilizado a relação entre a França e os países africanos do *pré carré*, a saber, a depreciação do Franco CFA por causa da apreciação do franco e da depreciação do dólar em janeiro de 1994 e um segundo acontecimento, a crise do Ruanda (Marchesin, 1998: 92-93).

<sup>70</sup> Os países que compõem o *pré carré* são os do Magrebe por um lado e o Gabão, o Senegal e a Costa do Marfim (Claude, 2007: 908).

de 0,63% do PNB em 1995 para atingir no fim do segundo mandato 0,46% (Soppelsa, 2007: 216)<sup>71</sup>. Para alguns especialistas, a África permanece uma componente da soberania francesa (Dozon citado em Claude, 2007: 917). Por outras palavras, a ação de Jacques Chirac não corrigiu as grandes orientações da política marcada pelo intervencionismo, o apoio aos regimes ‘amigos’, mas também houve mudanças externas nos últimos anos com a emergência dos EUA ou ainda da China como novas potências na África e a confiança ficou enfraquecida entre a França e alguns estados africanos francófonos o que levou a França a aproximar-se de Estados africanos anglófonos e lusófonos (Claude, 2007: 917-918).

Quanto à política árabe da França, ganhou novamente toda a sua importância em termos bilaterais, pois já em julho de 1996, o Presidente tinha efetuado duas viagens pelo Próximo e Médio Oriente. O discurso pronunciado no Cairo no dia 8 de abril de 1996 marcou o lançamento da sua política (Chirac, 1996b). Como o seu antecessor, reconheceu o direito do povo palestino em dispor de um Estado, opondo-se à política pró-israelita dos americanos. Foi igualmente em 1996 que ocorreu a crise israelo-libanesa e a França soube tirar proveito do alinhamento incondicional e tradicional dos americanos junto de Israel para facilitar a conclusão de um cessar-fogo no Líbano, pois este manteve-se uma porta de entrada privilegiada para o Médio Oriente (Gallet, 1996: 113). Ao continuar a apoiar os Palestinos depois do início da segunda Intifada em 2000, a França aumentou a sua popularidade junto dos países árabes, mas foi a sua posição relativa à guerra do Iraque que lhe valeu a sua grande popularidade, não somente junto dos Estados árabes e muçulmanos em geral, mas também no resto do mundo, precisamente pelo facto

---

<sup>71</sup> Em 2006, dois terços da ajuda bilateral da França foi dirigida à África, beneficiando essencialmente a África subsaariana (MAEE, 2007: 17).

de ter encarnado uma resistência a uma política americana agressiva considerada injusta e perigosa (Boniface, 2007b).

Assim, a ação diplomática do Presidente Chirac inscreveu-se contra a tese do choque das civilizações, procurando manter uma certa coerência entre as suas ações e o seu discurso, decidido a não deixar os EUA agirem sós (Ibidem). A política externa de Jacques Chirac foi marcada afinal por mais elementos de continuidade do que de rutura com o Gaullismo (Lequesne, 2007a: 11). Não obstante, foi-lhe várias vezes apontado o facto de ter exercido uma política externa demasiado pessoal e comportando poucas iniciativas (Suleiman, 2007).

### **Nicolas Sarkozy: rutura no estilo mas incerta no seu conteúdo**

A 6 de maio de 2007, sucedeu ao fundador da UMP, Nicolas Sarkozy, que tinha assumido a presidência desse partido em 28 de novembro de 2004. Quais foram os principais eixos da sua política externa e que balanço pode ser feito da sua ação? Durante o seu mandato, Nicolas Sarkozy demonstrou a grande energia e implicação do Presidente na política interna, contrariamente ao último mandato do seu predecessor, mas também um forte desejo de concentrar de forma extrema a política externa (Meunier, 2012).

Na altura em que assumiu as suas funções, eram grandes e contraditórias as expectativas em termos de política externa, nomeadamente quanto a uma eventual rutura com a diplomacia tradicional da V República que consistiria em adotar uma visão da construção europeia doravante próxima da britânica, uma viragem estratégica pró-americana, o fim de uma política ativa dentro e com o mundo árabe a favor de uma reafirmação prioritária de uma aliança com Israel (Boniface, 2007a). Mas terá realmente seguido essas diretivas e terá havido uma rutura?

Alguns meses depois do início do seu mandato, Nicolas Sarkozy lançou três iniciativas para uma reforma profunda que mereceram um certo destaque, a primeira sendo o lançamento em agosto de 2007 de uma reflexão sobre um Livro Branco sobre a segurança e a defesa nacional<sup>72</sup>. Como afirmou o Presidente, «Os livros brancos traduzem a ambição do Estado sobre o essencial, ou seja, a sobrevivência da Nação. E nesse contexto faço minhas as palavras do General De Gaulle: ‘A Defesa! É a primeira razão de ser do Estado. Não pode falhar esse objetivo sem destruir-se a si próprio’» (Sarkozy, 2007b). A política seguida por Nicolas Sarkozy em matéria de defesa não entrou realmente em rutura ‘de fundo’ em relação ao seu predecessor na primeira metade do seu mandato, mas a linha que continuou a seguir levou, veremos, a um afastamento em relação a Jacques Chirac.

Com efeito, reafirmou a justeza da posição da França quanto à sua oposição à guerra do Iraque (e manteve o compromisso em relação ao Afeganistão) (Boniface, 2007a), prosseguiu e finalizou a linha reformadora encetada por Jacques Chirac no sentido de reintegrar a França na OTAN, decisão oficializada em março de 2009, assumindo nesse sentido uma rutura com a política gaullista. Para Nicolas Sarkozy, a política de defesa da UE e a OTAN eram complementares e a reintegração da França na OTAN visou também o reposicionamento do país num mundo multipolar junto dos seus aliados «na sua família ocidental» (Sarkozy, 2008). Na verdade, nunca escondeu as suas afinidades com os Estados Unidos, tendo-lhe sido mesmo atribuído o nome de «O Americano» (s/a, 2007). Contudo, «amizade não é submissão»<sup>73</sup> e o Chefe de Estado afirmou sentir-se «perfeitamente livre para exprimir os acordos e os desacordos, sem complacência nem tabus» (Sarkozy, 2007a).

---

<sup>72</sup> A terceira reflexão desde a criação da V República, ou seja, a primeira foi lançada em 1972 e depois em 1994.

<sup>73</sup> Comentários de Nicolas Sarkozy, citados em Reuters (2007).

A segunda iniciativa é inédita, pois tratou-se de lançar uma reflexão para um Livro Branco sobre a política externa em outubro de 2007, ou seja, «identificar de forma operacional as missões prioritárias incumbentes ao aparelho diplomático num contexto mundial em plena evolução, reestruturar o Ministério para que possa concentrar-se nas suas missões...» (MAEE, 2008). Devemos ainda referir a terceira iniciativa promovida pelo Presidente, a reforma constitucional, consagrada na lei constitucional de 23 de julho de 2008, tendo entre outros, o objetivo de reequilibrar os poderes das instituições da República, nomeadamente a favor do parlamento (Balladur, 2008: 30) No campo da política externa, o Parlamento viu os seus poderes reforçados no que diz respeito às operações militares externas e quanto ao dever de informação do executivo relativo às negociações diplomáticas (Balladur, 2008: 62-63) apesar de, no final, os poderes do Presidente não terem sido em nada reduzidos ou questionados.

Se, no fundo, a questão que vimos mais acima sobre a OTAN e a defesa europeia está incluída na primeira prioridade que consiste em garantir a segurança da França e dos Franceses, a defesa e promoção dos interesses, a segunda prioridade consiste em construir uma Europa forte e eficaz com os seus parceiros. Como tinha anunciado aos Embaixadores, «a construção da Europa permanecerá a prioridade absoluta» da política externa francesa» (Sarkozy, 2007a). Com efeito: «[n]ão existe uma França forte sem Europa, como não existe uma Europa forte sem França. Faço parte daqueles que pensam que a emergência de uma Europa forte, ator importante na cena internacional, pode contribuir de uma forma decisiva para a reconstrução dessa ordem mundial mais eficaz, mais justa, mais harmoniosa, que reclamam os nossos povos» (*Ibidem*).

Neste contexto, o Presidente Sarkozy afirmou querer também estabelecer uma rutura, rutura essa diretamente ligada com um novo relacionamento entre os Estados e as instituições europeias, como

é o caso com a Comissão e com o Parlamento Europeu (Sarkozy, 2008). Apesar da imagem enfraquecida da França devido ao chumbo do Tratado Constitucional, Nicolas Sarkozy procurou aproveitar a proximidade entre a França e a Alemanha para apresentar um plano de resgate do Tratado sob a forma de um ‘mini-tratado’ que retomava as inovações institucionais do texto de origem (Tardieu, 2007). Com efeito, Nicolas Sarkozy viu assim uma nova oportunidade de implicar a França no debate europeu e de relançar o debate sobre a construção europeia e as questões institucionais na cena política francesa (*Ibidem*).

Outro facto que merece ser sublinhado foi a presidência da França no segundo semestre de 2008 durante a qual o Presidente Sarkozy procurou promover um programa ambicioso<sup>74</sup> e se destacou, nomeadamente na gestão da crise gerada pela guerra da Geórgia permitindo à UE responder «de uma só voz» e na intervenção relativa à crise financeira através da reunião do Eurogrupo ao nível dos Chefes de Estado e de Governo para elaborar um plano de apoio aos bancos europeus. Além da Presidência, a França tem apresentado múltiplas iniciativas no seio da Europa, em todos os domínios, o que reflete bem o espírito da citação feita mais acima e o dinamismo que caracteriza a condução da política externa de Nicolas Sarkozy.

Onde se encontra então a rutura de fundo? A prática diplomática do antigo presidente acabou por mostrar que o «motor francês» limitou voluntariamente a sua ação no seio da UE (Faure, 2012), preferindo a Aliança atlântica à União e as cooperações *ad hoc* ao reforço da política de segurança e defesa comum (Faure, 2012; Fraser, 2012). Contudo, esta preferência anglo-saxónica mais marcada, acrescida dos efeitos nefastos duradouros da crise financeira sobre a economia

---

<sup>74</sup> Para informação sobre as prioridades da presidência francesa, ver [<http://www.elysee.fr/president/les-dossiers/europe/la-presidence-francaise-de-l-union-europeenne-pfue/la-presidence-francaise-de-l-union-europeenne.5295.html>] (consultado a 12 de março de 2015).

francesa, em contraste com a prosperidade crescente da Alemanha, fragilizou a aproximação que Nicolas Sarkozy encetou no início do seu mandato com a Chanceler alemã Angela Merkel (Gomart, 2012: 57). Desfecho algo semelhante com o seu predecessor e com o seu sucessor que tem dificuldades em encontrar um compromisso quanto à estratégia que deve ser seguida para gerir a crise económica atravessada pela Europa.

Referindo a crise da Geórgia de agosto 2008, não podemos deixar de mencionar a política desenvolvida por Nicolas Sarkozy para a Rússia. Se o Presidente mostrou desde logo o seu interesse por uma aproximação com os Estados Unidos, o mesmo não aconteceu com a Rússia pelo menos no seu primeiro ano de mandato. Com efeito, durante o seu discurso aos embaixadores de 2007, o Chefe de Estado fez declarações muito firmes em relação ao regime de Vladimir Putin e à sua ação na cena internacional (Sarkozy, 2007a). Por outras palavras, parece que o Eliseu decidiu destacar-se da política externa dos anos Chirac pondo fim ao que era considerado como uma forma de complacência (Vaulerin, 2007). Contudo, durante a sua primeira visita à Rússia, em outubro de 2007, a firmeza da linguagem anunciada não se verificou realmente e o Presidente francês declarou: «A Rússia é um país forte que tem responsabilidades internacionais e quer assumi-las. (...) Tenho o sentimento que as nossas posições mostram uma certa convergência» (Sarkozy & Putin, 2007).

Os jornais russos notaram contudo o pragmatismo do Presidente francês, «preocupado em mostrar que a ‘amizade franco-russa’ não chegou ao fim com a partida de Jacques Chirac» (LCI, 2007). Ademais, a partir de 2009, verificou-se uma melhoria nas relações entre os dois Estados e o bom entendimento existente entre os presidentes Medvedev e Sarkozy tem conotações essencialmente económicas e comerciais já que desde 2009, vários contratos importantes foram assinados, contribuindo para a aproximação franco-russa (Rocco,

2010). Os dois chefes de Estado mantiveram relações privilegiadas até ao final do mandato de Nicolas Sarkozy.

Nicolas Sarkozy também anunciou uma rutura relativa à política do Próximo Oriente (Sarkozy 2007a). Por inclinação pessoal, também podemos dizer que ele está mais próximo de Israel (Cogan, 2010: 90). Enquanto já se deslocou várias vezes ao território hebraico, a primeira visita aos territórios palestinianos ocorreu apenas em 23 e 24 de junho de 2008. No entanto, se esse interesse por Israel poderia ter sido interpretado como uma rutura com a política gaullista, como nos primeiros anos de Mitterrand, na verdade, todos os países ribeirinhos do Mediterrâneo foram alvo de atenção particular, e disso testemunha a ideia de uma «União mediterrânica» anunciada em fevereiro de 2007 (Sarkozy, 2007c) e que evoluiu, principalmente fruto de negociações bilaterais com a Alemanha, até ao lançamento formal da «União para o Mediterrâneo» em julho de 2008<sup>75</sup>. Uma das principais razões subjacentes ao seu lançamento repousa no enquadramento das relações entre a UE e a Turquia. Com efeito, enquanto Jacques Chirac mostrou-se sempre a favor da adesão da Turquia, Nicolas Sarkozy, ao contrário, manifestou a sua firme oposição à integração desse país no espaço europeu, mas com a abertura das negociações em outubro 2005, as relações euro-turcas acabaram por inscrever-se numa clara *path dependency* da qual só poderá sair com uma alternativa credível. Durante a cimeira de lançamento, o Presidente francês aproveitou para 'relaxar' as relações com a Turquia e afirmar ao Primeiro-ministro turco que não blocaria a progressão das negociações de adesão, contudo, a partir de dezembro de 2011, abriu-se uma crise diplomática entre os dois países motivada pela adoção de uma lei que criminaliza a negação do genocídio arménio em França.

---

<sup>75</sup> s/a (2008) «Le Sommet de Paris inaugure 'l'Union pour la Méditerranée'», *EuroActiv.com*, 14 julho. [<http://www.euractiv.com/fr/est-mediterranee/sommet-paris-inaugure-union-mditerrane/article-174220>] (consultado a 12 de março de 2015).

A Turquia decidiu suspender as visitas oficiais e acordos militares com a França, mas a anulação da lei pelo Conselho constitucional<sup>76</sup> ‘suspendeu’ a crise diplomática franco-turca que permaneceu latente até ao fim do mandato. Ademais, esta situação não contribuiu para o sucesso da União para o Mediterrâneo (UPM). De facto, pode afirmar-se que essa iniciativa, uma das mais promissoras do quinquenato, foi na realidade um dos grandes falhanços do Presidente, provocado por lançamento concomitante com a crise económica e financeira, pelas desconfianças iniciais e, não podemos esquecer, pela ‘primavera Árabe’ que tornou a UPM algo obsoleta (Couturier, 2012; Nabli, 2012), perante as dificuldades políticas, económicas e sociais acrescidas na região. De facto, no seu último discurso aos embaixadores, em agosto de 2011, Nicolas Sarkozy tinha colocado a região do Mediterrâneo no topo da agenda de política externa ao mencionar especificamente a ‘primavera árabe’ e os confrontos na Líbia (Sarkozy, 2011). Apesar do seu interesse no Magrebe e no Próximo-Oriente ter sido demonstrado desde o início do seu mandato com várias viagens logo em julho de 2007 para promover a sua iniciativa de «União mediterrânica». Além do mais, para alguns observadores, as viagens que Nicolas Sarkozy efetuou no Próximo Oriente e no Golfo tiveram como propósito reforçar o papel regional da França para além da sua esfera de influência constituída pelo Magrebe, aproveitando a imagem algo degradada dos Estados Unidos (Klein, 2008: 10).

Contudo, para além de uma União para o Mediterrâneo já paralisada desde a sua criação (Senneville, 2011), o sucesso da sua política mediterrânica sofreu um novo golpe já que a sua posição nos primeiros meses relativa à ‘primavera Árabe’ foi bastante criticada a

---

<sup>76</sup> Conseil Constitutionnel, Commentaire Décision n°2012-647 DC du 28 février 2012. [[http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/root/bank/download/2012647DCccc\\_647dc.pdf](http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/root/bank/download/2012647DCccc_647dc.pdf)] (consultado a 12 de março de 2015).

nível nacional e um grupo de diplomatas – o Grupo Marly – decidiu criticar abertamente a política externa do presidente<sup>77</sup>. Talvez essas críticas tenham levado o Presidente a assumir um certo protagonismo no caso da Líbia e, juntamente com o David Cameron, pedir aos parceiros europeus o reconhecimento da legitimidade dos rebeldes (Presseurop, 2011).

Foram também numerosas as viagens efetuadas na África negra pelo Presidente Sarkozy que durante a sua campanha tinha prometido renovar, procurando ‘limpar’ a relação dos mal-entendidos do passado (Thiam, 2008: 873). Foi aliás em novembro de 2006, em Cotonou, que o futuro Presidente apresentou o seu conceito de «imigração escolhida», tanto para o país de destino como para o país de origem (Thiam, 2008: 874). O Presidente pretendia apresentar uma nova «visão da parceria» anunciando um eventual aumento da APD ao qual estaria associado uma condicionalidade democrática, já preconizada pelo Presidente Mitterrand em 1990 (D’après agence, 2007). Contudo, durante a sua primeira deslocação ao continente africano, ao Senegal, em julho de 2007, o Presidente proferiu um discurso que suscitou grande polémica à volta da afirmação que o «Homem africano ainda não tinha entrado na História» (AFP, 2009), discurso que não convidava francamente ao diálogo (Mbembe, 2007). No entanto, na cimeira UE-África que se realizou em dezembro de 2007, Nicolas Sarkozy procurou lançar as bases do «início da normalização» de relações com a Costa do Marfim e o Ruanda, dois Estados com os quais as relações se tinham deteriorado durante

---

<sup>77</sup> Alguns estavam em funções, outros já na reforma. Os diplomatas argumentaram que a política relativa ao Egito e à Tunísia era elaborada sem tomar conta das análises das embaixadas e que a escolha dos chefes de Estado desses países como pilares para o Mediterrâneo era também da responsabilidade do Presidente. Groupe Marly. «La voix de la France a disparu dans le monde». *Le Monde.fr*. 22 fevereiro 2011. [[http://www.lemonde.fr/idees/article/2011/02/22/on-ne-s-improvise-pas-diplomate\\_1483517\\_3232.html](http://www.lemonde.fr/idees/article/2011/02/22/on-ne-s-improvise-pas-diplomate_1483517_3232.html)] (consultado a 12 de março de 2015); Consultar igualmente Martins, 2013: 223-240.

a presidência de Chirac (Bernard & Nougayrède, 2007). A grande atividade internacional do Presidente levou-o a fazer várias viagens pelo continente das quais devemos destacar a *tourné*e realizada em março de 2009, em que o Presidente visitou a República democrática do Congo, o Congo-Brazzaville e o Níger (Boisbouvier, 2009: 36). Na verdade, apesar do Presidente desejar «limpar as relações da *Françafrique*» de todo o paternalismo e da personalização das relações entre chefes de Estado e das «redes opacas» (Thiam, 2008: 875), a África não consegue fazer abstração do facto que a França tentar explorar os recursos do *pré carré* (Thiam, 2008: 876).

Além disso, a Cimeira África-França que decorreu em Nice nos dias 31 de maio e 1 de junho 2010 pretendeu precisamente privilegiar a parceria com todos os Estados africanos (pelo menos os presentes) e pôr o acento no aspeto económico – relevo para o papel dos empresários – mostrando que as suas afirmações proferidas quando ainda era candidato, «a França, economicamente, não precisa da África» (Sarkozy citado em Bernard, 2010) já não eram de atualidade (Bernard, 2010)<sup>78</sup>. Mas, concretamente as mudanças existem? Um especialista da política africana da França, Jean-François Bayard, mostrou-se muito crítico quanto à política africana de Nicolas Sarkozy que considera ter surtido os efeitos inversos aos pretendidos: uma política reduzida à dimensão securitária e ao clientelismo (Halifa-Legrand, 2013). Alguns observadores sublinham também o facto que o ex-Presidente resolveu alinhar-se com os Estados-Unidos, o que levou a retirada francesa de Djibouti até ao Senegal, deixando a área de influência do Sahel aos americanos e, recusando intervir no Mali, deixou os islamitas instalarem-se na região ameaçando os interesses franceses relativos ao urânio no Níger (Lugan, 2014).

---

<sup>78</sup> Além disso, em termos políticos, a França comprometeu-se em apoiar os Estados africanos nas suas reivindicações para uma melhor representação nas instâncias internacionais (Ibidem).

Assim, durante o seu mandato, pudemos constatar algumas mudanças nas linhas da política de Nicolas Sarkozy pois, finalmente, reintegrou a França na OTAN concretizando o que era apenas uma intenção de Jacques Chirac, aproximou-se consideravelmente das posições americanas e demonstrou uma grande proatividade no seio da UE com o intuito de reconquistar um lugar de destaque. Por outro lado, a sua vontade de mudança no que concerne a *Françafrique* não surtiu os efeitos esperados e, apesar do seu protagonismo na intervenção na Líbia, o balanço da sua política em África e no Mediterrâneo não apresenta nem progressos relevantes nem rutura de fundo.

Perante um balanço mitigado, Nicolas Sarkozy procurou fazer valer os seus feitos de política externa durante a campanha eleitoral de 2012 de forma a mostrar que gerou bem a crise internacional e que seria o único apto a defender os interesses da França no mundo (Adraoui et Deyon, 2012). Porém, esta estratégia de «presidente-responsável» (Adraoui et Deyon, 2012) não convenceu o eleitorado que procurou a alternativa socialista.

### **François Hollande, chefe de guerra<sup>79</sup>**

A eleição do presidente François Hollande a 6 de maio 2012 marcou o regresso da esquerda depois de 17 anos de ausência. Como seria de esperar, procurou apresentar-se em oposição ao seu concorrente direto, Nicolas Sarkozy, apesar de dispor de um programa ‘discreto’ na área da política externa (Santo-Gammaire, 2014). Contudo, apesar das diversas declarações e promessas feitas durante a sua campanha eleitoral, o desejo de manter a ‘posição’ sobrepôs-se

---

<sup>79</sup> Vários jornais recorreram à expressão «chefe de guerra» desde que François Hollande decidiu intervir no Mali em janeiro de 2013. Por exemplo, «Mali: Hollande chef de guerre», *Courrier International*, 1159, 17 janeiro 2013.

à vontade de mudança (Gomart, 2014) na grande maioria dos dossiês internacionais (Hollande, 2012), com a exceção notável da política africana, mas há claramente uma rutura de estilo com o Nicolas Sarkozy. Em primeiro lugar, contrariamente ao que aconteceu durante uma grande parte do mandato do seu predecessor, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Laurent Fabius, tem o ‘controlo’ da política externa e um peso importante no seio do governo (Lequesne, 2014: 2). Em segundo lugar, em termos de representação, pode afirmar-se que o estilo do Presidente é «prudente» e «não extravagante» (*Ibidem*) e os seus discursos de política interna, mais cautelosos, têm um impacto apaziguante no estrangeiro (Boniface, 2013). No entanto, por um lado, não podemos ignorar a instabilidade política interna latente, nomeadamente devido à saída dos ministros do partido dos verdes depois das eleições legislativas de março de 2014 (Dusseaulx, 2014; Vaudano, 2014); por outro lado, as críticas que têm sido feitas quanto à sua falta de iniciativas no plano interno (Rubin, 2013; Le Douaran, 2014).

Contrariamente ao seu antecessor, no seu primeiro discurso dirigido aos embaixadores, o presidente Hollande anunciou o seu programa de ação internacional de forma temática, colocando o terrorismo no primeiro lugar, seguido da instabilidade económica e financeira persistente, o ambiente e o clima, a proliferação nuclear e, necessária ao sucesso da ‘primavera árabe’, a estabilização política e democrática (Hollande, 2012). Contudo, os seus dois últimos discursos voltaram a assumir uma apresentação mais clássica e, apesar de manter uma estratégia global, as grandes áreas prioritárias em termos internacionais mantiveram-se (Hollande, 2013 e 2014). De acordo com o discurso de François Hollande aos Embaixadores, em 2014, o Presidente apresentou, em primeiro lugar, o Médio Oriente, em particular a necessidade de intervenção na Síria, a instabilidade no Iraque ou ainda a expansão dos movimentos terroristas como Daesh e o conflito israelo-palestiniano (Hollande, 2012: 3-7). O Presidente

estabeleceu como segunda prioridade a situação no Leste da Europa, qualificando a situação na Ucrânia como «uma das crises mais graves desde o fim da guerra fria» (Ibidem: 7-8). Veremos também que a sua atenção relativa à África e aos flagelos (terrorismo, ébola...) que a assolam permanecem uma das suas grandes prioridades tendo, como já sublinhamos, conseguido romper com as práticas anteriores (Ibidem: 9-16).

A continuidade manifestou-se, entre outras questões, na aproximação com os Estados Unidos. Com efeito, como observem alguns especialistas, se durante a sua campanha, a linha seguida pelo candidato Hollande não apontava para uma convergência com os interesses estratégicos americanos, em particular quanto à presença das forças francesas no Afeganistão, mas a pressão da realidade levou o Presidente a adotar uma posição de coesão com os Estados Unidos, apesar dos cortes na área da defesa (Stavridis e Michel, 2014: 2). E acima de tudo, manteve a decisão do seu predecessor quanto à reintegração da França no comando estruturado da OTAN e conserva a mesma abordagem à organização na qual os oficiais franceses ocupam postos importantes entre os quais o de chefe do comando aliado para transformação de Norfolk na Virgínia, um dos dois comandos estratégicos da organização (ibidem). Contudo, se a relação com Washington tornou-se estruturante na política externa francesa, não podemos esquecer que Barack Obama decidiu não intervir na Síria em agosto de 2013, mostrando assim os limites da consideração americana por Paris (Gomart, 2014: 59).

Um último ponto de convergência, embora com algumas *nuanças*, entre François Hollande e Nicolas Sarkozy está associado à qualificação de «chefe de guerra» (Arefi, 2103; Hubert-Rodier, 2014) atribuído a François Hollande. Enquanto candidato à presidência, François Hollande não tinha apresentado um programa de política externa ambicioso, mas a realidade internacional deu a possibilidade ao novo presidente socialista de assumir uma posição mais ‘afirmada’

na cena internacional à semelhança do seu predecessor, perpetuando a tradição do «intervencionismo militar» (Lequesne, 2014: 5). Contudo, se Nicolas Sarkozy e alguns diplomatas ‘de direita’ partilhavam uma abordagem neoconservadora<sup>80</sup>, a ação do presidente Hollande situa-se numa lógica de intervencionismo liberal que preconiza a coerção militar quando os valores democráticos estão ameaçados (Ibidem). Se no início da crise ucraniana em novembro de 2013 François Hollande manteve uma atitude discreta e a diplomacia francesa alinhada com os seus parceiros europeus, contrastando fortemente com a iniciativa tomada por Nicolas Sarkozy relativa à Geórgia em agosto de 2008 – embora este tivesse agido enquanto presidente do conselho de Ministros da UE – o protagonismo que assumiu com a Angela Merkel no início do ano conseguiu dar um certo impulso ao motor franco-alemã na política externa europeia, para além de confirmar o seu estatuto de «Chefe de guerra». No dia 12 de fevereiro de 2015, dois líderes europeus, Putin e Porochenko assinaram os termos de uma trégua no conflito que opõe os separatistas pró-russos aos militares ucranianos (Weaver, Luhn and agencies, 2015; EurActiv e Reuters, 2015). Neste contexto, se as afinidades políticas levaram Nicolas Sarkozy a cultivar a proximidade com a Alemanha, a relação entre Angela Merkel e François Hollande está impressa de uma irregularidade ritmada pela atualidade internacional (Von Neukirch, 2013; L’EXPRESS com AFP, 2014), sendo o exemplo mais paradigmático das divergências franco-alemãs, a questão da resolução da crise económica e financeira que fustiga a Europa.

O continente africano e a zona do Médio Oriente revelaram-se profícuos para levar a cabo uma ação como «chefe de guerra» considerada como consensual no meio político nacional, permitindo-lhe atenuar o balanço mitigado que lhe é apontado ao nível doméstico

---

<sup>80</sup> Que consiste em defender como objetivo diplomático uma extensão universal da democracia liberal o que necessita uma aliança forte com os EUA.

(Rubin, 2013). Além disso, as expectativas associadas a esse estatuto cresceram consideravelmente após os atos terroristas de 7 de janeiro e relacionados com Al-Qaeda no Iémen. O presidente Hollande já tinha tomado a iniciativa de enviar forças francesas no Mali em janeiro de 2013 para ajudar o exército maliano (e acessoriamente o exército chadiano) a repelir os *jihadistas* de Al-Qaeda no Magrebe (AQMI) – operação Serval até julho de 2014, substituída pelo dispositivo regional Barkhane – e do MUJAO (Movimento para a unicidade e o *jihad* na África do Oeste) (Arefi, 2013). Os objetivos políticos e militares foram atingidos, pois embora os *jihadistas* não tenham abandonado o país, as autoridades malianas exprimiram o seu reconhecimento pela ajuda francesa (Francetv info, 2013). Da mesma forma, a França interveio na República centrafricana (5 de dezembro 2013, ainda a decorrer) e mostrou estar determinada em intervir na Síria apesar de, em agosto de 2013, os seus aliados americanos terem recuado após a proposta russa de neutralizar o arsenal químico sírio (Gomart, 2014: 59; Barthe, Guibert, Riols et Ayad, 2014). Contudo, aparece como consensual<sup>81</sup> o facto de essas ações militares não representarem sinais da tradicional *Françafrique* conotada negativamente (Halifat-Legrand, 2013; Lequesne, 2014: 6). Na verdade, apesar de ter garantido um apoio mais importante aos países africanos democráticos e de na prática ter adotado uma abordagem mais flexível e matizada com os Estados individualmente, François Hollande procurou reformatar as relações políticas entre a França e o continente africano, provocando uma rutura com as prioridades e as mensagens do seu predecessor (Melly et Darracq, 2013: 2). De acordo com Jean-François Bayart, o presidente terá conseguido

---

<sup>81</sup> Embora outros sejam mais céticos, como Joseph Maïla, diretor entre 2010 e 2013 do Centro de análise, de precisão e de estratégia no Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, que afirma não se poder abdicar dos interesses franceses esses países com facilidade e que a melhor estratégia teria sido associar-se a outros estados europeus de forma a mostrar que não se tratam de ações egoístas (Santo-Gammaire, 2014).

controlar e até renovar o dossiê africano: o tipo de intervenções militares é diferente, afastado da figura do «intermediário duvidoso» (Lequesne, 2014: 6) e o método mudou, pois o Presidente procurou concentrar-se no essencial, promovendo todavia uma política global, não reduzida à dimensão securitária, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros recuperou o seu lugar na gestão dos assuntos correntes das relações franco-africanas (Halifa-Legrand, 2013).

Em último lugar, devemos ainda referir a política de François Hollande relativa à região do Magrebe. No final do ano de 2012, encetou a sua *tourné*e em Argel em dezembro 2012, onde aproveitou para reconhecer «o sofrimento que o colonialismo infligiu ao povo argelino», e deslocou-se igualmente à Rabat e à Tunes em abril e julho de 2013 respetivamente, respeitando o «princípio de equilíbrio», para transmitir uma mensagem de apaziguamento e harmonia aos seus parceiros magrebinos (de Saint Périer, 2013). Perante as grandes mudanças políticas causadas pela ‘primavera Árabe’ e fazendo mostra de pragmatismo, o presidente soube abordar a questão das revoltas árabes de forma matizada, mostrando entusiasmo na Tunísia, uma atitude mais comedida em Marrocos evocando as promessas mas também o caos que trouxeram e mencionando que «cada Estado deveria encontrara a sua via» na Argélia (Ibidem). Mas como já foi mencionado, esta diplomacia do equilíbrio é difícil de alimentar. Além disso, com um recrudescimento das atividades de várias organizações terroristas na região, François Hollande necessita garantir a cooperação das autoridades. Ora, Paris e Rabat tinham suspenso a sua cooperação judiciária há cerca de um ano<sup>82</sup> e só foi retomada no mês de fevereiro deste ano, o presidente francês tendo recebido o rei Mohammed VI no dia 6 de fevereiro. Os atos

---

<sup>82</sup> No ano passado, um juiz francês tinha convocado o diretor dos serviços secretos marroquinos, Abdelatif Hamouchi, para responder às acusações de atos de tortura. Os dois ministros da justiça encetaram negociações para resolverem a crise e efetuaram adendas ao acordo de auxílio mútuo no âmbito judiciário (Ayrault, 2015).

terroristas do passado dia 7 de janeiro que vitimaram vários caricaturistas do jornal Charlie Hebdo e vários franceses de religião judaica confirmaram a urgência em retomar a cooperação entre os dois Estados. Marrocos propôs igualmente os seus serviços para facilitar o diálogo interreligioso, a luta contra o terrorismo e a desradicalização (Ayrault, 2015). Contudo, a cooperação já não é o que era pois Rabat tem dificuldades em aceitar o apoio da França à Argélia nas mediações entre o Mali e a Líbia já que o Marrocos tinha proposto os seus serviços como mediador (Ayrault, 2015b).

## **Conclusão**

Como afirma o especialista Pascal Boniface, a história, as tradições e, em particular os interesses, são fatores poderosos que não podem simplesmente ser postos de lado na condução da política externa (Boniface, 2007a). No desenvolvimento deste capítulo foi assim possível constatar que os princípios de base lançados pelo General De Gaulle – a busca de um estatuto de grande potência, a garantia dos seus interesses nacionais, a preservação de valores fundamentais como a sua independência nacional e a defesa do seu território (Kessler, 1999: 143-144) – mantiveram-se ao longo das décadas seguintes mas tiveram de adaptar-se às grandes mudanças geradas pelo fim da bipolaridade.

Na verdade, apesar da recuperação conseguida durante o mandato de De Gaulle e dos recursos diversos, a aspiração gaullista a um estatuto de grande potência foi, de forma realista, reformulada por Valéry Giscard d'Estaing que forjou o termo «potência média», apercebendo-se que era necessário atenuar as pretensões algo excessivas da França, guiadas essencialmente pela ideia do universalismo da sua mensagem (Védrine, 2002: 8). Contudo, conforme indicou Hubert Védrine pouco depois de ter assumido funções e no segui-

mento da observação das mudanças operadas após o fim da Guerra Fria, a França é uma das «potências de influência mundial» (Védrine, 1998: 2, 8)<sup>83</sup>. Vimos igualmente que, pelas disposições constitucionais da Quinta República e uma certa «dependência do caminho», a continuidade dos principais eixos da política externa francesa foi mais forte que as mudanças, mesmo se essas não podem ser ignoradas e decorrem em grande parte das mudanças no sistema internacional e nas regiões com as quais a França tem tradicionalmente exercido a sua influência. Além disso, devemos ainda referir uma evidência: a multiplicação da concorrência e das ameaças que afetam os interesses franceses e o facto de esta continuar a preconizar uma política externa universal<sup>84</sup>. Por outras palavras, considerando que os recursos nacionais não são ilimitados, poderemos igualmente concluir que a participação no projeto de integração europeu tem evoluído de forma estratégica mas sempre prioritária, pois a França acredita que uma Europa forte poderá contribuir para um melhor equilíbrio mundial e uma ação mais ambiciosa da França.

<b>Quadro 1.</b>
<b>Questões para análise</b>
O pragmatismo que caracteriza a ação do Presidente Sarkozy e a evolução das relações internacionais obrigarão a França a rever as suas alianças internacionais?
Perante uma personalização por vezes excessiva da política externa francesa pelos Presidentes, em que medida um reequilíbrio institucional poderia contribuir a um maior controlo democrático sem prejudicar (e até melhorar) a eficácia dessa política?
Que futuro tem a dupla franco-alemã num contexto de integração europeia em que as divergências entre as partes tendem a tornar-se mais evidentes?
Analise quais podem ser as consequências da reintegração da França na OTAN para o desenvolvimento da política de defesa europeia e a afirmação da França nesse domínio.
À luz da emergência de novas potências, fortes concorrentes da França no continente africano e da 'renovação' de muitos dos líderes africanos, argumente quanto à capacidade atual de influência da França nesse continente.

<sup>83</sup> Depois da 'hiperpotência' que constitui os Estados Unidos, o Ministro dos Negócios Estrangeiros considerava como outras potências a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Rússia, a China, o Japão e a Índia (Védrine, 2002: 8).

<sup>84</sup> «Eu sou dos que pensam que a França permanece portadora de uma mensagem e de valores que ressoam pelo mundo fora, os da declaração dos direitos do Homem e do cidadão, do humanismo, mas também, mais recentemente, do humanitário (...)» (Sarkozy, 2007a).

<b>Quadro 2.</b>
<b>Fontes na internet</b>
Presidência da República Francesa, <a href="http://www.elysee.fr/president/accueil.1.html">http://www.elysee.fr/president/accueil.1.html</a>
Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, <a href="http://www.diplomatie.gouv.fr">http://www.diplomatie.gouv.fr</a>
Organisation Internationale de la Francophonie, <a href="http://www.francophonie.org/">http://www.francophonie.org/</a>
Institut Français des Relations Internationales, <a href="http://www.ifri.org">http://www.ifri.org</a>
Institut de Relations Internationales et Stratégiques, <a href="http://www.iris-france.org">http://www.iris-france.org</a>

<b>Quadro 3.</b>
<b>Leituras recomendadas</b>
Bozo, F. (1997) <i>La Politique étrangère de la France depuis 1945</i> . Paris: La Découverte & Syros.
Chevallier, J-J. & Carcassonne, G. & Duhamel, O. (2009) <i>Histoire de la Vè République 1958-2009</i> . 5ªed. Paris: Dalloz.
Dalloz, J. (2004) <i>La France et le Monde depuis 1945</i> . Paris: Armand Colin.
De La Gorce, P.-M. & Moschetto, B. (1996) <i>La Vè République</i> . 7ªed. Paris: Presses Universitaires de France.
Frank, R. (2014) <i>La Hantise du déclin, la France de 1914 à 2014</i> . Paris: Belin.
Kessler, M-C. (1999) <i>La politique étrangère de la France. Acteurs et processus</i> . Paris: Presses de Sciences-Po.

## Bibliografia

- Adraoui, I. & Deyon, S. (2012) «Nicolas Sarkozy: La politique étrangère comme marqueur de présidentialité», *Observatoire des élections 2012*. [<http://www.affaires-strategiques.info/spip.php?article6446>] (consultado a 12 de março de 2015).
- AFP (2009) «Au Sénégal, Segolène Royal demande ‘pardon’ pour le ‘discours de Dakar’», *Libération*, 7 abril.
- AFP e Reuters (2005) «La France rejette nettement le traité constitutionnel», *Le Monde*, 30 maio.
- Agências Público & Lusa (2012) «Primeiro-ministro turco diz que lei francesa sobre genocídio arménio é ‘abertamente racista’», *Público*, 24 janeiro. [<http://www.publico.pt/mundo/noticia/voto-frances-sobre-genocidio-armenio-abre-incidente-diplomatico-com-a-turquia1530442>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Apathie, J-M e Ottenheimer, G. (1997) «Entre Chirac et Jospin: la paix armée», *L'Express*, 10 julho.
- Arefie, A. (2013) «L'étranger sauvera-t-il Hollande?», *Le Point.fr*, 3 maio. [[http://www.lepoint.fr/monde/l-etranger-sauvera-t-il-hollande03-05-2013-1663312\\_24.php](http://www.lepoint.fr/monde/l-etranger-sauvera-t-il-hollande03-05-2013-1663312_24.php)] (consultado a 12 de março de 2015).

- Ayrault, P. (2015) «François Hollande et Mohammed VI tournent la page», *L'Opinion*, 4 fevereiro. [http://www.lopinion.fr/4-fevrier2015/francois-hollande-mohammed-vi-tournent-page21009] (consultado a 12 de março de 2015).
- Ayrault, P. (2015) «Pourquoi la France a besoin du Maroc dans l'antiterrorisme», *L'Opinion*, 9 fevereiro. [http://www.lopinion.fr/9-fevrier2015/pourquoi-france-a-besoin-maroc-dans-l-antiterrorisme21160] (consultado a 12 de março de 2015).
- Balladur, E. (2007) *Une Vè République plus démocratique: Comité de réflexion et de proposition sur la modernisation et le rééquilibrage des institutions de la V<sup>e</sup> République*. France: Présidence de la République.
- Barthe, B., Guibert, N., Riols, Y-M., Ayad, C. (2014) «L'été où la France a Presque fait la guerre en Syrie (3/3)», *Le Monde*, 15 fevereiro. [http://www.lemonde.fr/international/article/2014/02/15/intervention-en-syrie-comment-les-americains-ont-lache-les-francais3-3\_4367078\_3210.html] (consultado a 12 de março de 2015).
- Bernard, P. (2010) «Le 25<sup>e</sup> sommet Afrique-France s'ouvre à Nice sous le signe du 'renouveau'», *Le Monde*, 31 maio.
- Bernard, P. e Nougayrède, N. (2007) «La Diplomatie africaine controversée de Nicolas Sarkozy», *Le Monde*, 10 dezembro.
- Boisbouvier, C. (2009) «France – Afrique. Sarkozy, l'homme pressé», *Jeune Afrique*, 2511, 22-28 fevereiro.
- Boniface, P. (1998) «Révolution stratégique mondiale, continuité et inflexions de la politique française de sécurité», in Cohen, S. (org), *Mitterrand et la sortie de la Guerre Froide*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Boniface, P. (2004) «La France et le monde arabe», in Boniface P. e Billion, D. (org), *Les défis du monde arabe*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Boniface, P. (2007a) «La Politique arabe de Sarkozy», *Réalités*, 16 maio.
- Boniface, P. (2007b) «Le bilan diplomatique de Jacques Chirac», *L'essentiel des relations internationales*, maio-junho. [http://www.iris-france.org/Tribunes-2007-05-16a.php3] (consultado a 12 de março de 2015).
- Boniface, P. (2013) *Quel est le bilan de la politique étrangère menée par François Hollande, un an après son élection?* Interview Le point de vue de Pascal Boniface, 6 maio. [http://www.iris-france.org/quel-est-le-bilan-de-la-politique-etrangere-menee-par-francois-hollande-un-an-apres-son-election/] (consultado a 12 de março de 2015).
- Bozo, F. (1996) *Deux stratégies pour l'Europe. De Gaulle, les Etats-Unis et l'Alliance atlantique (1958-1969)*. Paris: Plon.
- Bozo, F. (1997) *La Politique étrangère de la France depuis 1945*. Paris: La Découverte e Syros.
- Chantebout B. (2004) *Brève histoire politique et institutionnelle de la Vè République*. Paris: A. Colin.
- Charillon, F. (2002) «Peut-il y avoir encore une politique étrangère française», *Politique étrangère*, 4, 915-930.
- Chérigui, H. (1996) «La politique arabe de la France: de la centralité à l'effacement du Maghreb», *Annuaire de l'Afrique du Nord*, 35, 295-326.

- Chevallier, J.-J. ; Carcassonne, G. e Duhamel, O. (2009) *Histoire de la Vè République 1958-2009* (13.<sup>a</sup> ed). Paris: Dalloz.
- Chirac J. (1995) Discours de M. Jacques Chirac, Président de République, à l'occasion de la réunion des Ambassadeurs. Palais de l'Élysée, Paris, 31 agosto. [http://www.elysee.fr/elysee/elysee.fr/francais/interventions/discours\_et\_declarations/1995/aout/discours\_de\_m\_jacques\_chirac\_president\_de\_la\_republique\_a\_l\_occasion\_de\_la\_reunion\_des\_ambassadeurs-palais\_de\_l\_elysee.315.html] (consultado a 12 de março de 2015).
- Chirac J. (1996a) Discours de Monsieur Jacques Chirac, Président de la république à l'occasion de la réception des ambassadeurs (Palais de l'Élysée). 29 agosto. [http://www.elysee.fr/elysee/elysee.fr/francais/interventions/discours\_et\_declarations/1996/aout/discours\_de\_monsieur\_jacques\_chirac\_president\_de\_la\_republique\_a\_l\_occasion\_de\_la\_reception\_des\_ambassadeurs-palais\_de\_l\_elysee.27729.html] (consultado a 12 de março de 2015).
- Chirac, J. (1996b) Discours de M. Jacques Chirac, Président de la République, à l'Université du Caire, 8 abril. [http://www.elysee.fr/elysee/francais/interventions/discours\_et\_declarations/1996/avril/discours\_de\_m\_jacques\_chirac\_president\_de\_la\_republique\_a\_l\_universite\_du\_caire.952.html] (consultado a 12 de março de 2015).
- Chirac J. (1998) Discours de M. Jacques Chirac Président de la République à l'occasion de la réception des Ambassadeurs Palais de l'Élysée, 26 agosto. [http://www.elysee.fr/elysee/elysee.fr/francais/interventions/discours\_et\_declarations/1998/aout/discours\_du\_president\_de\_la\_republique\_a\_l\_occasion\_de\_la\_reception\_des\_ambassadeurs-palais\_de\_l\_elysee.1594.html] (consultado a 12 de março de 2015).
- Chirac J. (2005) Discours de M. Jacques Chirac, Président de la République, lors de l'ouverture de la XIIIème Conférence des Ambassadeurs. Palais de l'Élysée – Paris, 29 agosto. [http://www.elysee.fr/elysee/elysee.fr/francais\_archives/interventions/discours\_et\_declarations/2005/aout/discours\_du\_president\_de\_la\_republique\_lors\_de\_l\_ouverture\_de\_la\_xiiieme\_conference\_des\_ambassadeurs.31002.html] (consultado a 12 de março de 2015).
- Claude G. (2007) «Chirac 'l'africain'. Dix ans de politique africaine de la France, 1996-2006», *Politique étrangère*, 4, 905-918.
- Cogan, C. (2010) «Les grands axes de la présidence Sarkozy à l'international», *Revue internationale et stratégique*, 77, 87-92.
- Cohen, Samy (2003) «Cohabiter en Diplomatie: atout ou handicap?», *Annuaire français des relations internationales*, 344-358.
- Conseil Constitutionnel (2012) Commentaire Décision, 2012-647 DC, 28 fevereiro. [http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/root/bank/download/2012647DCccc\_647dc.pdf] (consultado a 12 de março de 2015).
- Couturier, B. (2012) «La Chronique de Brice Couturier. La politique étrangère de Sarkozy: un bilan», *Franceculture*, 15 março. [http://www.franceculture.fr/emission-la-chronique-de-brice-couturier-la-politique-etrangere-de-sarkozy-un-bilan2012-03-15] (consultado a 12 de março de 2015).
- CRDP Champagne-Ardenne (s.d.) «La France face à la décolonisation de 1945 à 1962». [http://www.crdp-reims.fr/cinquieme/decolonisation.htm] (consultado a 12 de março de 2015).

- Dalloz, J. (2004) *La France et le Monde depuis 1945*. Paris: Armand Colin.
- D'après agence (2007) «Sarkozy à Dakar pour exposer sa vision de l'Afrique», *TF1 News*, 26 julho.
- De Chalvron, A. (2000) «Israël/Visite de Lionel Jospin», *France 2*, 25 fevereiro.
- De La Gorce, P.-M. e Moschetto, B. (1996) *La Vè République* (7<sup>a</sup> ed). Paris: Presses Universitaires de France.
- Dusseaulx, A.C. (2014) «Duflot et Canfin ne seront pas dans le gouvernement Valls», *Le JDD*, 31 março. [<http://www.lejdd.fr/Politique/Duflot-et-Canfin-ne-seront-pas-dans-le-gouvernement-Valls-quels-ecologistes-pour-les-remplacer659543>] (consultado a 12 de março de 2015).
- EurActiv.com and Reuters (2015) «Minsk marathon talks end up with ceasefire agreement», *Euractiv*, 12 fevereiro (atualizado 18 fevereiro). [<http://www.euractiv.com/sections/global-europe/source-minsk-talks-ukraine-close-agreement312044>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Francetv info (2013) «Le président malien remercie la France pour son intervention militaire», 21 janeiro. [[http://www.francetvinfo.fr/monde/mali/video-le-president-malien-remercie-la-france-pour-son-intervention-militaire\\_207967.html](http://www.francetvinfo.fr/monde/mali/video-le-president-malien-remercie-la-france-pour-son-intervention-militaire_207967.html)] (consultado a 12 de março de 2015).
- Francetv info avec AFP (2014) «Sarkozy va rencontrer Poutine avant l'entretien prévu avec Hollande», *Francetvinfo*, 31 maio. [[http://www.francetvinfo.fr/politique/sarkozy-va-rencontrer-poutine-avant-l-entretien-prevu-avec-hollande\\_610751.html](http://www.francetvinfo.fr/politique/sarkozy-va-rencontrer-poutine-avant-l-entretien-prevu-avec-hollande_610751.html)] (consultado a 12 de março de 2015).
- Faure, S. (2012) «Défense européenne : Bilan et perspectives de la politique conduite par la France», *LesEchos*, 20 abril. [[http://archives.lesechos.fr/archives/cercle/2012/04/20/cercle\\_45972.htm](http://archives.lesechos.fr/archives/cercle/2012/04/20/cercle_45972.htm)] (consultado a 12 de março de 2015).
- Fraser, M. (2012) «France's presidential election campaign is confirming the deep-seated caution of both main candidates. But, for all the disappointed expectations of Sarkozy as a reformer, there is still a sense that he 'gets it'. *blogs.lse.ac.uk*. 21 abril. [[http://eprints.lse.ac.uk/45991/1/blogs.lse.ac.uk-Frances\\_presidential\\_election\\_campaign\\_is\\_confirming\\_the\\_deepseated\\_caution\\_of\\_both\\_main\\_candidates\\_B.pdf](http://eprints.lse.ac.uk/45991/1/blogs.lse.ac.uk-Frances_presidential_election_campaign_is_confirming_the_deepseated_caution_of_both_main_candidates_B.pdf)] (consultado a 12 de março de 2015).
- Gallet, B. (1996) *Précis de politique étrangère française*. Paris: Ellipses.
- Gomart, T. (2014) «Politique étrangère française: déni ou dénigrement?», *Revue des deux mondes*. [<http://www.revuedesdeuxmondes.fr/archive/article.php?code=73012&show=picture>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Gourevitch, J.-P. (2000) *La France africaine. Islam, Intégration, Insécurité: Infos et Intox*. Paris: Le Pré aux Clercs.
- Guyomarch, A. (1998) *France in the European Union*. New York: Saint Martin's Press.
- Halifah-Legrand, S. (2013) «France-Afrique: Hollande renouvelle le dossier africain», *L'Obs*, 6 dezembro. [<http://tempsreel.nouvelobs.com/monde/20131205.OBS8492/france-afrique-hollande-renouvelle-le-dossier-africain.html>] (consultado a 12 de março de 2015).

- Hollande, F. (2012) *Le changement. Projet. Les 60 engagements de François Hollande*. [<http://www.parti-socialiste.fr/dossier/le-projet-de-francois-hollande>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Hollande, F. (2012b) *Allocution du président de la République à l'occasion de la conférence des ambassadeurs*. Palais de l'Élysée, 27 agosto. [<http://www.elysee.fr/assets/pdf/discours-du-president-de-la-republique-a-l-occasion-de-la-xxeme-conferences-des-ambassadeurs.pdf>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Hollande, F. (2013) *Allocution du président de la République à l'occasion de la conférence de ambassadeurs*. Palais de l'Élysée, 27 agosto. [<http://www.elysee.fr/assets/pdf/allocution-du-president-de-la-republique-a-l-occasion-de-la-conference-des-ambassadeurs.pdf>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Hollande, F. (2014) *Allocution du président de la République à l'occasion de la conférence de ambassadeurs*. Palais de l'Élysée, 28 agosto. [<http://www.elysee.fr/declarations/article/discours-d-ouverture-de-la-conference-des-ambassadeurs/>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Howorth, J. (1992) «François Mitterrand and the 'Domaine Réservé': From cohabitation to the Gulf War», *French Politics & Society*, 10(1), 43-58.
- Howorth, J. (1996) «A Testing Time for the Pursuit of grandeur», in Keller, J. e Schainm M. (org), *Chirac's Challenge: Liberalization, Europeanization and Malaise in France*. New York: Saint Martin's Press, 383-400.
- Howorth, J. (2001) «Foreign and Security Policy in the post-Cold War World», in Hall P. (org), *Developments in French Politics*, 2ª ed. London: Macmillan, 156-171.
- Hubert-Rodier, J. (2014) «De Sarkozy à Hollande, une même politique étrangère», *Les Echos*, 3 outubro. [<http://www.lesechos.fr/idees-debats/editos-analyses/0203821428609-de-sarkozy-a-hollande-une-meme-politique-etrangere1049459.php>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Kessler, M-C. (1999) *La politique étrangère de la France. Acteurs et processus*. Paris: Presses de Sciences-Po.
- Klein, M. (2008) «Un Moyen-Orient bleu-blanc-rouge», *Courrier international*, 938, 23-29 outubro.
- Lci (2007) «France/Russie – Sarkozy moqué par la presse russe», 11 outubro. [<http://tf1.lci.fr/infos/monde/europe/0,,3570238,00-sarkozy-moque-par-presse-russe.html>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Le Douaran, M. (2014) «Hollande, chef de guerre: un bon bilan?», *L'express*, 12 setembro. [[http://www.lexpress.fr/actualite/monde/hollande-chef-de-guerre-un-bon-bilan\\_1575296.html#](http://www.lexpress.fr/actualite/monde/hollande-chef-de-guerre-un-bon-bilan_1575296.html#)] (consultado a 12 de março de 2015).
- Lequesne, C. (2007a) «La politique étrangère de Jacques Chirac ou la France sans surprise», *DGAP Analyse Frankreich*, 2. Berlin: Forschungsinstitut der Deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik.
- Lequesne, C. (2007b) «Sarkozy et l'Europe», *Les essais de Telos*. Telos-agence intellectuelle. [<http://www.telos-eu.com/>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Lequesne, C. (2014). «La politique extérieure de François Hollande: entre interventionnisme libéral et nécessité européenne», *Sciences Po Grenoble Working Paper*, 23. [[http://www.sciencespo-grenoble.fr/WorkingPapers/WP23-JE\\_PS-Lequesne\\_pol\\_exteriere.pdf](http://www.sciencespo-grenoble.fr/WorkingPapers/WP23-JE_PS-Lequesne_pol_exteriere.pdf)] (consultado a 12 de março de 2015).

- L'EXPRESS.fr com AFP (2014) «Merkel reçoit Hollande pour ressouder les relations franco-allemandes», *L'Express*, 9 maio. [[http://www.lexpress.fr/actualite/monde/europe/merkel-recoit-hollande-pour-ressouder-la-relation-franco-allemande\\_1536961.html](http://www.lexpress.fr/actualite/monde/europe/merkel-recoit-hollande-pour-ressouder-la-relation-franco-allemande_1536961.html)] (consultado a 12 de março de 2015).
- Lombart, L. (2007) «La politique extérieure du Président Jacques Chirac dans un monde americano-centré», *AFRI* 2007, VIII. [<http://www.afri-ct.org/La-politique-exterieure-du>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Lugan B. (2014) «Le bilan africain de Nicolas Sarkozy: editorial de Bernard Lugan», *L'Afrique Réelle*, 58. [<http://fr.novopress.info/176153/bilan-africain-nicolas-sarkozy-lafrique-reelle-n58-octobre2014/>] (consultado a 12 de março de 2015).
- MAEE (2007) Ministère des Affaires étrangères et européennes, Mémorandum de la France sur ses politiques et programmes en matière d'aide publique au développement. [[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/ministere\\_817/publications\\_827/cooperation-internationale-developpement\\_3030/serie-reperes\\_3035/memorandum-france-sur-ses-politiques-programmes-matiere-aide-publique-au-developpement\\_19123/index.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/ministere_817/publications_827/cooperation-internationale-developpement_3030/serie-reperes_3035/memorandum-france-sur-ses-politiques-programmes-matiere-aide-publique-au-developpement_19123/index.html)] (consultado a 12 de março de 2015).
- MAEE (2008) Ministère des affaires étrangères et européennes, «Remise du livre blanc sur la politique étrangère et européenne de la France», 11 julho. [[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/ministere\\_817/modernisation\\_12824/livre-blanc-sur-politique-etrangere-europeenne-france\\_18407/remise-du-livre-blanc-m.-bernard-kouchner11.07.08\\_64433.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/ministere_817/modernisation_12824/livre-blanc-sur-politique-etrangere-europeenne-france_18407/remise-du-livre-blanc-m.-bernard-kouchner11.07.08_64433.html)] (consultado a 12 de março de 2015).
- MAEE (s.d.a) Ministère des Affaires étrangères et européennes. «Sommets Afrique-France». [[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/pays-zones-geo\\_833/afrique\\_1063/sommets-afrique-france\\_326/index.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/pays-zones-geo_833/afrique_1063/sommets-afrique-france_326/index.html)] [consultado em 14 de maio 2010] (consultado a 12 de março de 2015).
- MAEE (s.d.b) Ministère des affaires étrangères et européennes, «L'évolution du réseau». [[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/ministere\\_817/modernisation\\_12824/les-enjeux-les-chantiers\\_12763/evolution-du-reseau\\_19452/index.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/ministere_817/modernisation_12824/les-enjeux-les-chantiers_12763/evolution-du-reseau_19452/index.html)] (consultado a 12 de março de 2015).
- MAEE (s.d.c) Ministère des affaires étrangères et européennes, «Aide au développement – Zone de Solidarité prioritaire». [[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/actions-france\\_830/aide-au-developpement\\_1060/zone-solidarite-prioritaire\\_6119.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/actions-france_830/aide-au-developpement_1060/zone-solidarite-prioritaire_6119.html)] (consultado a 12 de março de 2015).
- MAEE (s.d.d) Ministère des Affaires étrangères et européennes, «L'aide Publique au Développement». [[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/actions-france\\_830/aide-au-developpement\\_1060/aide-publique-au-developpement-apd\\_19762/index.html#sommaire\\_3](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/actions-france_830/aide-au-developpement_1060/aide-publique-au-developpement-apd_19762/index.html#sommaire_3)] (consultado a 12 de março de 2015).
- Marchesin, P. (1995) «Avant-propos: la politique africaine de F. Mitterrand», *Politique Africaine*, 58, 85-100.
- Marchesin P. (1998) «La politique africaine de la France en transition», *Politique africaine*, 71, 91-106.
- Mbembe, A. (2007) «Sarko, Hegel et les nègres - Le Messager (extrait)», *Courrier International*, 878, 30 agosto.
- Melly, P. & Darracq, V. (2013) «A new way to engage? French policy in Africa from Sarkozy to Hollande», *Chatham House*, Africa 2013/01. [<http://www.chathamhouse>].

- org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Africa/0513pp\_franceafrica.pdf] (consultado a 12 de março de 2015).
- Menon, A. (2000) *France, NATO and the Limits of Independence, 1981-1997: The Politics of Ambivalence*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Meunier, S. (2012) «La politique étrangère de Nicolas Sarkozy : rupture de fond ou de style?». In J. de Maillard & Y. Surel (org), *Politiques publiques 3, les politiques publiques sous Sarkozy*. Paris: Presses de Sciences-Po, 133-151.
- Mireur, Y. (2006-2007) «En finir avec l'antiaméricanisme», *Géoeconomie*, 40, 93-111.
- Nabli, B. (2012) *Tribune : L'Union pour la Méditerranée: le «boulet diplomatique» de Nicolas Sarkozy*. [http://www.iris-france.org/lunion-pour-la-mediterranee-le-boulet-diplomatique-de-nicolas-sarkozy/] (consultado a 12 de março de 2015).
- Presseurop (2011) «Sarkozy pousse l'UE sur le pied de guerre», 11 março. [http://www.presseurop.eu/fr/content/news-brief/543381-sarkozy-pousse-l-ue-sur-le-pied-de-guerre] (consultado a 12 de março de 2015).
- Reuters (2007) «Sarkozy: sa politique étrangère», *L'Express*, 28 fevereiro.
- Rocco, A-M. (2010) «La Russie et la France fraternisent», *Challenges*, 8 abril.
- Rubin, A. (2013) «Hollande's Assertive Role in Foreign Policy Is a Good Fit for France», *New York Times*, 18 novembro. [http://www.nytimes.com/2013/11/19/world/europe/hollandes-assertive-role-in-foreign-policy-is-a-good-fit-for-france.html?pagewanted=all&r=0] (consultado a 12 de março de 2015).
- Salamé, G. (1998) «Stratégies régionales et perspectives globales. Globalisme et régionalisme dans la politique miterrandienne de l'après-guerre froide», in Cohen, S. (org), *Mitterrand et la sortie de la Guerre Froide*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Samson, D. (2004) «Chirac rend visite à Khadafi», *RFI*, 24 novembro.
- Sarkozy, N. (2007a) Allocution de M. Nicolas Sarkozy, Président de la République, à l'occasion de la conférence des Ambassadeurs. Palais de l'Elysée, Paris, 27 agosto. [http://www.elysee.fr/elysee/fr/francais/interventions/2007/aout/allocution\_a\_l\_occasion\_de\_la\_conference\_des\_ambassadeurs.79272.html] (consultado a 12 de março de 2015).
- Sarkozy, N. (2007b) Allocution de M. le Président de la République, Commission du Livre Blanc sur la Défense et la Sécurité nationale. Paris, 23 agosto. [http://www.elysee.fr/president/les-actualites/discours/2007/installation-de-la-commission-du-livre-blanc-sur.8276.html] (consultado a 12 de março de 2015).
- Sarkozy, N. (2007c) Discours de Toulon. 7 fevereiro. [http://www.u-m-p.org/site/index.php/s\_informer/discours/nicolas\_sarkozy\_a\_toulon] (consultado a 12 de março de 2015).
- Sarkozy, N. (2007d) «Extraits je ne suis pas venu vous faire la morale». Extrait du discours que Sarkozy a prononcé le 26 juillet 2007 à l'Université Cheikh Anta Diop, *Courrier International*, 911, 17-23 abril.
- Sarkozy N. (2008) *XVI<sup>e</sup> conférence des ambassadeurs*. Palais de l'Elysée, 27 agosto. [http://www.elysee.fr/president/les-actualites/discours/2008/xvie-conference-des-ambassadeurs.2078.html] (consultado a 12 de março de 2015).
- Sarkozy, N. (2011) *XIX<sup>e</sup> conférence des ambassadeurs*. Palais de l'Elysée, 31 agosto. [http://www.rpfrance-otan.org/Conference-des-Ambassadeurs] (consultado a 12 de março de 2015).

- Sarkozy N. e Poutine V. (2007) Conférence de presse conjointe du président de la République, M. Nicolas Sarkozy, et du président de la Fédération de Russie, M. Vladimir Putin. Moscou, 10 outubro. [<http://www.slavika.com/spip.php?article999>] (consultado a 12 de março de 2015).
- s.a. (2000) «Chirac-Poutine: l'heure du réchauffement», *nouvelObs.com*, 2 novembro. [<http://tempsreel.nouvelobs.com/actualite/monde/20001031.OBS8660/chirac-poutine-l-heure-du-rechauffement.html>] (consultado a 12 de março de 2015).
- s.a. (2007) «Nicolas Sarkozy s'emporte à la télévision américaine», *Le Figaro*, 28 outubro. [[http://www.lefigaro.fr/politique/20071028.WWW000000131\\_nicolas\\_sarkozy\\_semporte\\_en\\_direct\\_a\\_la\\_tlevision\\_america.html](http://www.lefigaro.fr/politique/20071028.WWW000000131_nicolas_sarkozy_semporte_en_direct_a_la_tlevision_america.html)] (consultado a 12 de março de 2015).
- s.a. (2008a) «Sarkozy et Merkel trouvent un compromis sur l'Union pour la Méditerranée», *EurActiv*, 4 março. [<http://www.euractiv.fr/presidence-francaise-ue/article/sarkozy-merkel-trouvent-compromis-union-mediterranee00715>] (consultado a 12 de março de 2015).
- s.a. (2008b) «Le Sommet de Paris inaugure 'l'Union pour la Méditerranée'», *EuroActiv*, 14 julho. [<http://www.euractiv.com/fr/est-mediterranee/sommet-paris-inaugure-union-mditerrane/article-174220>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Saint Périer (de), L. (2013) «Hollande et le Maghreb: François-langue-de-soie», *Jeune Afrique*, 4 dezembro. [<http://www.jeuneafrique.com/Articles/Dossier/JA2760p070.xml1/france-nicolas-sarkozy-maghreb-upmhollande-et-le-maghreb-fran-ois-langue-de-soie.html>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Santo-Gammaire, J. (2014) «Le mandat de François Hollande a été rattrapé par la politique étrangère», *Francetv info*, 3 agosto. [[http://www.francetvinfo.fr/monde/le-mandat-de-francois-hollande-a-ete-rattrape-par-la-politique-etrangere\\_657965.html](http://www.francetvinfo.fr/monde/le-mandat-de-francois-hollande-a-ete-rattrape-par-la-politique-etrangere_657965.html)] (consultado a 12 de março de 2015).
- Senneville, L. B. (2012) «Libye : Sarkozy veut une 'stratégie commune' de l'UE», *EurActiv*. [<http://www.euractiv.fr/institutions/libye-sarkozy-veut-strategie-commune-ue7584.html>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Soppelsa, J. (2007) «De la politique étrangère de la France», *Revue Politique et Parlementaire*, 109(1042), 211-217.
- Soudan, F. e Yahmed, M. Ben (2006) «Nicolas Sarkozy: Si j'étais président...», *Jeune Afrique*, 2391, 5 a 11 novembro.
- Stravridis, J. & Michel, L. (2014) «The French Connection: Why it's time to build a new special relationship between Washington and Paris», *Foreignpolicy*, 10 fevereiro. [<http://foreignpolicy.com/2014/02/10/the-french-connection/>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Suleiman, E. (2007) «Pour inventer une nouvelle politique étrangère, Nicolas Sarkozy doit d'abord faire un inventaire», *Le Figaro*, 5 julho.
- Tardieu, P. (2007) «Présidentielles: Nicolas Sarkozy, un mini-traité à la taille de ses ambitions?», *Eurosduvillage.eu*, 14 março.
- Tavernier, Y. (1999) *La coopération française au développement: bilan, analyses et perspectives*. Paris: Ministère des affaires étrangères.
- Thiam, A. (2008) «La politique africaine: rupture ou continuité?», *Politique étrangère*, 4, 873-884.

- Vaudano, M. (2014) «Les radicaux de gauche ont-ils les moyens de leur ultimatum au gouvernement», *Le Monde*, 13 outubro. [[http://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2014/10/13/les-radicaux-de-gauche-ont-ils-les-moyens-de-leur-ultimatum\\_4505147\\_4355770.html](http://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2014/10/13/les-radicaux-de-gauche-ont-ils-les-moyens-de-leur-ultimatum_4505147_4355770.html)] (consultado a 12 de março de 2015).
- Von Neukirch, R. (2013) «Merkel-Hollande: deux univers parallèles (Der Spiegel)», *Courrier International*, 22 janeiro. [<http://www.courrierinternational.com/article/2013/01/22/merkel-hollande-deux-univers-paralleles>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Vaulerin, A. (2007) «Sarkozy veut mettre fin à une certaine forme de complaisance avec la Russie», *Libération*, 9 outubro.
- Védrine, H. (1996) *Les mondes de François Mitterrand à l'Élysée: 1981-1995*. Paris: Fayard.
- Védrine, H. (1998) Entretien du Ministre des affaires étrangères, M. Hubert Védrine, avec la revue *Politique internationale*, Paris, 5 fevereiro. [<http://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/cadcgp.php>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Védrine, H. (2002) *Ouverture de la deuxième session de l'institut diplomatique, discours du Ministre des affaires étrangères, M. Hubert Védrine*. Paris, 19 março. [<http://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/cadcgp.php>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Weaver, M., Luhn, A. & agencies. (2015) «Ukraine ceasefire agreed at Belarus talks», *The Guardian [online]*, 12 fevereiro. [<http://www.theguardian.com/world/2015/feb/12/ukraine-crisis-reports-emerge-of-agreement-in-minsk-talks>] (consultado a 12 de março de 2015).
- Zuqian, Z. (2002) «La politique étrangère de la France entre continuité et ajustements post-guerre froide», *La Revue internationale et stratégique*, 45, 114-120.